

EDM corta energia à “Casa do Povo” por dívidas

A Electricidade de Moçambique (EDM) cortou o fornecimento de energia eléctrica à Assembleia da República (AR) devido a facturas em dívida há vários meses. O @Verdade apurou que a chamada “Casa do Povo” tem estado a funcionar através de um gerador desde o início da semana no entanto Verónica Macamo, a Presidente do órgão de soberania, disse: “Não tenho conhecimento”.

Texto: Adérito Caldeira

A interrupção no fornecimento de electricidade aconteceu na passada terça-feira (04), desde então o Parlamento moçambicano está a funcionar com energia fornecida por um gerador que a instituição possui para situações de emergência.

Fonte da assessoria de imprensa da EDM confirmou ao @Verdade, “sim cortamos”, no entanto escusou-se a indicar que montante a “Casa do Povo” deve. A fonte no entanto explicou que para que exista um corte o cliente deverá ter pelo menos duas facturas atrasadas.



Em Abril último o @Verdade revelou que instituições do Estado deviam 484 milhões de Meticais à Electricidade de Moçambique.

Nesta quinta-feira (06) o @Verdade questionou a Presidente da AR sobre a situação tendo Verónica Macamo afirmado: “Não tenho conhecimento, acho que deve ter sido um problema temporário, não é possível isso”.

Para o seu funcionamento em 2019 o Parlamento teve uma dotação de 1,4 bilião de Meticais no Orçamento de Estado (OE) aprovado, dos quais 218.261.260 Meticais para serem gastos com bens e serviços, entre eles os custos de energia.

Contudo o @Verdade apurou, no Relatório de Execução do OE no 1º trimestre deste ano, que a “Casa do Povo” recebeu uma dotação suplementar de 101.920.240 Meticais.

Nyusi não se conforma com decisão do Conselho Constitucional sobre a dívida da EMATUM “É uma questão jurídica que nós vamos ver”



O Presidente do partido Frelimo, Chefe de Estado e candidato a um 2º mandato como Presidente de Moçambique revelou nesta quinta-feira (06) que não está, ainda, conformado com o Acórdão do Conselho Constitucional que confirmou as violações à Constituição e lei orçamental na contratação do empréstimo de 850 milhões de Dólares pela Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM). “É uma questão jurídica que nós vamos ver”, afirmou Filipe Nyusi após ser questionado pelo @Verdade.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Jerónimo Muianga

continua Pag. 02 →

Gerais 2019: Nyusi visita sete Províncias numa semana e inscreve-se para Presidenciais; De Momade nem sinal

Enquanto o partido Renamo continua a lamentar-se problemas que inquinaram o Recenseamento o partido Frelimo inscreveu o seu candidato às Presidenciais de 15 de Outubro e acelerou a campanha eleitoral para a sua reeleição. Numa semana Filipe Nyusi esteve em Sofala, Manica, Gaza, Inhambane, Maputo, Nampula e Cabo Delgado. De Ossufo Momade não há informação.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Jerónimo Muianga

A habitual falta de transporte na capital moçambicana agravou-se na manhã desta quinta-feira (06), dezenas de autocarros dos municípios de Boane, Matola e Maputo foram retirados das suas rotas para transportarem membros do partido que acompanharam em apoteose o seu candidato na submissão da sua candidatura para um 2º mandato como Presidente de Moçambique.

“Nós temos um compromisso, temos uma responsabilidade de fazer crescer este país, de pôr Moçambique nos níveis em que merece estar, esses níveis que foram muitas vezes interrompidos por razões que não interessa muito dizer aqui, porque não faz parte do nosso estilo de trabalho



justificar o insucesso ou o fracasso”, afirmou Filipe Nyusi.

O candidato declarou prometeu “a luta renhida contra a corrupção e todo o tipo de males que dificultam o crescimento de Moçambique vai continuar, aliás

não temos como, estamos no alto mar, no meio entre o ponto de partida e de chegada, então não temos outra hipótese temos que chegar”.

O ainda Presidente não tem estado acom-

continua Pag. 02 →

A verdade em cada palavra.

→ continuação Pag. 01 - Nyusi não se conforma com decisão do Conselho Constitucional sobre a dívida da EMATUM “É uma questão jurídica que nós vamos ver”

Questionado pelo @Verdade sobre como se sentia após a decisão do Conselho Constitucional que o Governo do qual fazia parte violou a Constituição, Filipe Nyusi declarou que: “É uma questão

cional fez a decisão que fez e nós como Frelimo, nós como Governo, continuaremos a acompanhar o processo para ver e se calhar na altura própria, quanto tivermos a documentação toda em dia

EMATUM, SA, e a respectiva garantia soberana conferida pelo Governo, em 2013, com todas as consequências legais” o Governo que lidera vai continuar a negociar com os credores?

tentável e credível”, afirmou Filipe Nyusi diante do Conselho Constitucional dando a entender que poderá prosseguir com o “acordo de princípios” que foi alcançado no passado dia 31 de Maio.

Importa clarificar que o Artigo 248 da Constituição da República determina que: “Os acórdãos do Conselho Constitucional são de cumprimento obrigatório para todos os cidadãos, instituições e demais pessoas jurídicas, não são passíveis de recurso e prevalecem sobre outras decisões”.

“Em caso de incumprimento dos acórdãos referidos no presente artigo, o infractor incorre no cometimento de crime de desobediência, se crime mais grave não couber”, pode-se ler ainda no número 2 do mesmo artigo.

Nyusi não tem outra opção senão negociar com os credores para que Moçambique deixe de ser um Estado caloteiro

Recorde-se que o Governo de Nyusi iniciou o mandato transformando o empréstimo com Garantia Soberana assinada por Manuel Chang em 2013 em Títulos de Dívida Soberana de Moçambique, denominada “Notas de Moçambique de USD 726.524.000,00”, legalizada na Assembleia da República em Abril de 2016 pelos deputados da bancada parlamentar do partido Frelimo que a incluíram na Conta Geral do Estado de 2014.

Entre 2015 e 2016 o Executivo pagou 262.352.872 Dólares norte-americanos aos credores da EMATUM no entanto em 2017, e após a descoberta das Dívidas da Proindicus e da MAM, também contraídas violando a Constituição e leis orçamentais, Moçambique suspendeu os pagamentos e tornou-se oficialmente num Estado caloteiro aos olhos do mundo.

Em 2018 o Governo retomou negociações com os credores da EMATUM, e não só, tendo alcançado um “acordo de princípios” em Novembro que entretanto foi renegociado até ao novo “acordo de princípios” do passado dia 31 de Maio onde se propõe a retomar já o pagamento dos juros numa percentagem suave, aumentar a percentagem de juros a amortizar assim que comecem as receitas do gás natural da Bacia do Rovuma, em 2023, e o capital do empréstimo está previsto ser pago entre 2029 e 2033, altura em que são esperadas grandes receitas da exportação do gás de Cabo Delgado.

Para o martírio do povo moçambicano Filipe Nyusi muito provavelmente não tem outra opção senão negociar com os credores para que Moçambique deixe de ser um Estado caloteiro e pária como forma da crise económica e financeira que sobrevivemos deste 2016 possa enfim ser ultrapassada. A questão é como fará isso sem voltar a violar a Constituição da República!



jurídica que nós vamos ver”.

“Ficou nítido aqui o exercício da democracia em Moçambique, tenho orgulho de ser moçambicano, saber que em Moçambique se respeitam as leis. Um poder tomou uma decisão, remeteu-se à outra, deu um certo posicionamento, também esse passou para outro, o Conselho Constitu-

iremos dizer qual é o passo”, disse após testemunhar a entrega da sua candidatura para as eleições Gerais de 15 de Outubro no Conselho Constitucional.

O @Verdade perguntou ainda a Nyusi se com este Acórdão que declarou “a nulidade dos actos inerentes ao empréstimo contraído pela

“Naturalmente que o Governo faz e fez, a convicção é que somos um Estado. Um Estado que não deve falhar, um Estado que tem que existir, há exemplos em todo o mundo de decisões tomadas no passado que tem que se manter no presente e no futuro. O nosso cuidado queremos é tornar Moçambique um país normal, um país sus-

→ continuação Pag. 01 - Gerais 2019: Nyusi visita sete Províncias numa semana e inscreve-se para Presidenciais; De Momade nem sinal

panhado pela 1ª Dama numa semana em que esteve em Sofala (na semana passada), passou por Manica, foi a Gaza, voltou a Sofala, dirigiu-se a Inhambane, veio a Maputo de onde voltou a embarcar no avião presidencial, pago pelos moçambicanos, para mais uma acção de campanha eleitoral, desta vez na Província de Nampula, onde foi dinamizar a agricultura com o apoio do Banco Mundial, e vai terminar a semana na Província de Cabo Delgado.

“Alternativa as eleições são as eleições, a alternativa ao voto é o voto”

Do líder do maior partido de oposição nem sinal, não há informação sobre onde está e não tem agenda pública quando faltam cerca de 5 meses para as Eleições Presidenciais, Legislativas e Provinciais. Alguns dos membros mais influentes do partido Renamo estão “nas bases” a recolherem as 20 mil assinaturas necessárias para a submissão do seu candidato às Presidenciais.

Enquanto isso, em Maputo, Fernando Mazanga voltou a insistir na demissão do director-geral do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e continua lamentar-se sobre os vícios que inquinaram o Recenseamento tendo abordado a forma pouco clara como foram adquiridas as máquinas de registo de eleitores.

“Estranhamente o director-geral do STAE



optou pela separação dos Mobile ID das fontes de energia, facto que trouxe todo o drama que se verificou nas incompatibilidades entre estes”, disse Mazanga, que é um dos representantes do partido Renamo na Comissão Nacional de Eleições.

Fernando Mazanga no entanto garantiu que a Renamo vai participar nas Eleições apesar de todos os problemas do Recenseamento: “a alternativa as eleições são as eleições, a alternativa ao voto é o voto, portanto nós temos que continuar a lutar e a acreditar que os processos, mais cedo ou mais tarde, virão ao de cima tal e qual temos preconizado na maior parte das leis que tem sido corrigidas.

Procuradoria incapaz de provar quem falsificou o passaporte usado por Nini

A Procuradoria-Geral da República foi incapaz de provar ao Tribunal Judicial do Distrito Municipal Kampfumo que Cidália Esmeralda dos Santos, funcionária Serviço Nacional de Migração (SENAMI), falsificou o passaporte usado por Momade Assife Abdul Satar (Nini) para fugir de Moçambique em 2015.

Texto: Redacção

Detida há quase 10 meses a funcionária SENAMI era acusada pelo Ministério Público de corrupção passiva, falsificação de documentos e participação num esquema paralelo de produção de passaportes.

A procuradora Arlete Machava sustentou a acusação em questões administrativas e num depósito de 70.300 Meticais que a ré recebeu na sua conta bancária no dia em que o passaporte usado por Nini Satar foi produzido provas que não convenceram ao juiz Eusébio Lucas que na quarta-feira (05) ilibou Cidália Esmeralda dos Santos.

O juiz estabeleceu que para a fabricação de um passaporte são necessárias sete etapas, sendo que a ré só participava da quarta etapa e apenas nas três etapas finais é colocada a fotografia, procede-se a laminação e é emitido o documento, por isso não se provou a culpabilidade de Cidália Esmeralda dos Santos.

O tribunal absolveu também as fun-

cionárias do SENAMI Julieta Mbimbe, Inocência Matsinhe, Arnalda Zefanias, Odete Mate mais o cidadão Maurício Penquene, acusados de possuírem um esquema paralelo de produção de passaportes. Para o juiz Eusébio Lucas foram violados apenas procedimentos administrativos Serviço Nacional de Migração.

Foi ainda ilibado Sahim Aslam, sobrinho de Momade Assife Abdul Satar cujo nome foi usado no documento falsificado, mas o tribunal deu como provado que o reu não se encontrar no país quando o passaporte foi forjado.

Nini Satar, que confessou ter usado um passaporte falso para fugir de Moçambique foi condenado a um ano de prisão, pena convertível em multa a uma taxa diária de 10 por cento do salário mínimo nacional mais as custas judiciais. No entanto vai continuar a cumprir a pena de prisão maior de 24 anos por ser um dos mandantes do assassinato do jornalista Carlos Cardoso em 2000.

Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo susceptível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis.

As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.


Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com


 **goste de nós no**
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)


A Presidente da Assembleia da República (AR), Verónica Macamo, assegurou nesta terça-feira (04) que: “se o colega Chang se vier a Moçambique hoje vai ser preso porque já foi pedido isso. Há muitas pessoas que pensam que quando ele chegar vai a casa, não é o caso”.

<http://www.verdade.co.mz/newsflash/68636>




 **Fortunato Venguele** Cadê o processo disciplinar por cometimento de mais de 60faltas concecutivas, se realmente voces forem sérios. · 3 h


 **Vitorino Laura Mutimucuo** Se eu fosse escritor, o que se passa em Moz viraria em best seller em forma de um livro, juro! · 23 h


 **Maximo Bonifacio Bonifacio** Assegurar??? · 1 dia(s)


 **Zacarias Biosse** Mentira · 1 dia(s)


 **Luciano Manga** Q VERGONHA · 1 dia(s)

 **Assane Estudante** E porquê antes não o prenderam???? Cansem de insultar o povo humilde deste solo pátrio! Mais não disse · 1 dia(s)


 **Nanthula Nanthula Hs** Calmem, ela só relaxou a imunidade do chang... EPA isto parece um circo. · 1 dia(s)


 **Jose Muradali Jivan** E o Guebuza onde fica · 1 dia(s)


 **Paulo Alberto Caetano** Se o colega Chang se vier....??? · 1 dia(s)


 **Faquira Daudo** Ainda mais ela vem confirmar que, as faltas parlamentar do chang São justificável desde que ele venha justificar. Ele pode chegar e dizer eu estava detido e a plenária tem prova disso e Moçambique inteiro tem prova que eu estáva detido será


necessário e preciso que eu apresente documentos que apresenta argumentos justificáveis??? basta vir cá no Moz e dizer eu estava detido vocês sabem muito bem deixem-me trabalhar. kkkk · 1 dia(s)


 **Miguel Bagarusa** Vamos ver, quando ele aterrar em Maputo é que vamos saber se vai preso ou não!! · 1 dia(s)


 **Paulo Alberto Caetano** Mesmo ela assinar um documento que garante a prisão de Chang, nao confiaria nela. · 1 dia(s)

 **Djabru Do Rosario** Pedir é uma coisa, quebrar a imunidade é outra. A assembleia consentiu mas não quebroj a imunidade, aliás, nem se quer levou o caso ao debate na plenária, logo, ela ta equivocada ou... · 1 dia(s)


 **Félix Zacarias Mutombo António** O problema é esse, não querer quebrar apenas querer relaxar, isso é atrapalhar... posso morrer kkkkkk · 1 dia(s)


 **André Chemane** Quando chega altura de campanha eleitoral meu país anima. · 1 dia(s)


 **Pm Bero** relaxamento da imunidade. · 1 dia(s)


 **Joao Francisco Mihimbua-ne** Porque tanta preocupação com ele deixam ele visitar América ter outra experiência · 1 dia(s)


 **Zubeida Rossolo** Simm · 1 dia(s)


 **Senete George** Mentira isso. Vamos começar com a imunidade. Como ficou a questão? · 1 dia(s)

 **José Pilatos Tivane** E quanto ao ppf que ele têm aí na assembleia? · 1 dia(s)


 **Pm Bero** muita coisa junta acontecer ,essa declaração, detenção de zucula, acórdão do Cc, entre outros factos. Esta difícil gerir · 1 dia(s)


 **Armando R. Nhassengo Nhassengo** E ao meu lado quero q chang ir visitar cadeia d america so · 1 dia(s)


 **Pio Cassicasse** Palhaços... E até hoje ninguém pede a retirada/quebra da imunidade porquê??? · 1 dia(s)


 **Pm Bero** Aí que está.e o que significa relaxamento da imunidade? só viver para ver · 1 dia(s)


 **Sergio Sitoe** Mentirosinha · 1 dia(s)


 **Amade Jamal Jamal** Outra manobra nos moçambicanos ã queremos Chemg cá só lá ã EUA · 1 dia(s)

 **Bacapitane Gemusse Bacapitane** Se o colega vier, kkkk ki palhaçada essa, só hoje é que deve estar preso quando chegar a Moçambique?!só falam poera, espera-va ki primeiro fosse detido na África do sul, pra depois Moçambique, kkkk engraçado. olha se uma criança não ouve em casa, então a esquadra toma responsabilidade de a educar. então porque o cheng, não pode ser educado e se responsabilizar do crime ki ele come-teu?!?... tao sempre se colega vier... se o colega vier... ki colega ki Taz dizer?!? esse ladrão do povo... so chamaria de ladrão aquele ki rouba galinha e esse não, é colega kkkk Moçambique!!!! tá mal. Esse cheng não acho melhor vir a Moçambique, porque a justiça moçambicana é muito parcial. porque se fosse imparcial seria o cheng deveria ser detido ante da sua detenção na África do sul. pois ele dever provar a justiça americana, com vista a revelar todo historial de dívida ocultas e se responsabilizar de outros crimes de branqueamento capital e mais, indicar os outros envolvidos nesse crime. · 1 dia(s)


 **Silva Dimande** Assim vão nomear um velho,num país onde a maioria são jovens!! Nako nada phelassi hayikoka ndhindhassi · 14 h


 **Luis Ferreira Fight** Está cheirar pressão isso · 1 dia(s)


 **Stinga De Sebastiao** 3 dias depois será preso e passado um mês será julgado e condenado... · 1 dia(s)


 **João Nhanengue** Título do filme. "O tiro saiu pela culatra". · 1 dia(s)


 **Dilson Chidengo** Parabéns pela iniciativa · 1 dia(s)


 **Chris Muhamud Abubacar** Hiii... sera que é mocambique nunca ouvi alguém que ta no governo deixar do poder por livre vontade · 1 dia(s)


 **Joel Berto Portugal** Chris Muhamud Abubacar o PGR Paulino saiu sozinho · 1 dia(s)


 **Armando R. Nhassengo Nhassengo** essa veronici esta a nos chatear mesmo yooo ate ta dizer q e colega porq comeram juntos mola do povo voces d frelimo muvayibe xo xo xo · 1 dia(s)

 **Lopes Mahaia** Esses gajos me enjoam com essas essas mentiras, E PORK nao deteram antes do mandado dos americanos??? Quem caça na panela é ladrão um bom caçador sempre caça no maputo e trás em casa · 1 dia(s)

 **Saranga Alberto** So analfabetos a creditam desse pirrito · 1 dia(s)

 **Kino Florentino Silva** Tamos cansados de ouvir esses caes a ladrarem. · 1 dia(s)

 **Santos Ze** Não queremos esse ladrao aqui em moz · 1 dia(s)

 **Francisco Cisco** Kkkkkk bando de palhaços de meia tigela · 1 dia(s)

Sociedade

Viettel Advanced Solution Track 2019: Chance de competir nos EUA para StartUp global

Em 4 de junho de 2019, o “Movitel SA” anunciou o lançamento da competição Viettel Advanced Solution Track 2019 - VAS Track 2019, organizada pela Viettel e pela Vietchallenge. Com a mensagem principal “Criando uma nova realidade”, o concurso abrirá um campo justo para StartUp nacionais e internacionais se expressarem, a fim de encontrar soluções inovadoras que combinem as forças de telecomunicações para criar Produtos / Serviços de escala internacional que serão aplicadas a vida atual e futura.

Texto: Redacção Comercial

Na última ronda da competição nos Estados Unidos, os membros do júri reuniram profissionais famosos em indústrias criativas, como CEO da Mark Cuban Companies, diretor da Koch Disruptive Technologies - o fundo de investimento das start-ups. A Norte-Americana

os para as finais do VietChallenge, a competição Vietnamita de Startups nos EUA, com um prêmio de mais de 1 bilhão de VND. Além disso, as equipes examinadas também desfrutarão de benefícios exclusivos: assinatura de contratos de cooperação comercial com a Viettel



Koch Industries, a segunda maior corporação privada (com mais de \$100 bilhões USD em receita) promete uma competição cuidadosamente investida, de prestígio e de qualidade.

O concurso está aberto para todos os indivíduos / grupos / organizações ou empresas, independentemente do país ou região. Basta ter uma ideia criativa ou um produto / solução acabados para participar da competição e ter oportunidade de receber prêmios muito valiosos.

Depois de passar pela fase preliminar, as equipes estarão autorizadas a participar da ronda final da competição em Laos, porque a Viettel cobre todo o custo. Além do prêmio final em dinheiro, as três melhores equipes também ganharam ingres-

e participação nos lucros de até 75%. Durante as finais nos EUA, as equipes também receberão um programa de orientação 1 a 1 de professores em Harvard, MIT, Universidade de Boston; os principais especialistas do Vale do Silício; participar da semana de treinamento de habilidades de apresentação; visitar o ecossistema de empreendedorismo de Boston; Aproximando-se e trabalhando com investidores de boa reputação nos EUA para pedir investimento.

Neste momento, indivíduos e organizações podem participar do concurso baixando arquivos de amostra e formulários de inscrição no sítio na internet <http://vas.viettel.vn>

O período de inscrição oficial é de 15 de junho a 15 de julho de 2019.

Ficha Técnica

NAMPULA-Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO-Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail:averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.

 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade


Jornal @Verdade


O líder do maior partido de oposição em Moçambique, Ossufo Momade, negociou com o Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, o seu futuro após perder as Eleições Presidenciais de 15 de Outubro.

<http://www.verdade.co.mz/newsflash/68628>





 **Bulafo** Kkkkk · 20 h


 **Antonio Carlos Pinto Ferreira** Entao as minas que foram dadas a renamo ficaram aonde? · 13 h · Editado(s)


 **Delto Carapeto III** Não estou a entender nada, será que dormi tanto assim que até acordei depois das eleições? · 18 h


 **Chico Cumbe SUKA** mentiroso. · 20 h


 **Correia Júnior** As eleições ainda não aconteceram, ou fazem referência a situação de 2014, irmãos? · 16 h

 **Narcisio Moises** Ele ja sabe que vai perder. Kkkkkk · 15 h


 **Inpraise Da Yolanda Chaguala** Com que bases são afirmadas tais palavras? · 10 h


 **Azarias Jose Massangaia Massas** É assim na chamada lei de uso e desuso!!! · 20 h


 **Delto Avelino Luís Manhique** O jornal @ Verdade é do futuro... Nós ainda estamos no dia 4/06 e eles ja sabem qual será o resultado das eleições... · 20 h


 **Alexandre Macitela** O issufo é um vilão que vai acabar com a Renamo e ele levar vida de lorde

oferecido pelo diabo como fez o Morgan Tsivangiray do partido Zanu do Zimbabwe... a Renamo tem que estar de olho nesse issufo · 20 h

 **Ligozh Ligozh** Mas tbm candidato sem discurso vai até aonde???? Vai perder sim... Ou mudem d candidato ai sim teremos adversário. · 11 h


 **Axisublime Axisublime** Vocês deviam ser banidos, andam a instigar a violência no seio do nosso povo, campeões da desinformação.. · 20 h


 **Andrade Pedro Machina** Eu também acho que já passamos sim pra ate a FRELIMO ganhar realizou se aonde esses eleições · 20 h


 **Correia Júnior** Desculpe, ilustre Andrade, estou sem entender sobre Como, Quando e Onde aconteceu este sufrágio na era de Ussufo Momade na liderança da Renamo. Me ajudem a entender, irmãos! · 16 h


 **Andrade Pedro Machina** Ne eu fiquei indignada


com isso acho que já estamos em outubro malta dia 30 que ate os resultados já saíram · 16 h


 **Carlos Jamal** Renamo de Issufo Momade a caminho de falência política, a confirmar-se próximo dia 15 de Outubro. A ver vamos, o tempo é mestre!... · 15 h

 **Milton Dübüia Jr.** Mas esse jornal gosta de guerra... como assim negociar futuro?? · 19 h

 **Amade Jamal Jamal** Kkkkk kkkkk fofocas · 19 h

 **Andrade Pedro Machina** KKKKKKKK mas esse jornal também publica cada coisa · 21 h

 **Kino Florentino Silva** A pessoa que escreveu isto estava bêbado ou fumou baseado e quer viajar os eleitores? · 20 h

 **Paulo Fernando Nhumbjane** Este nunca será um jornal digno de ser confiado.. · 20 h


 **Nairinho Mabote** Então o que fazes aqui? · 20 h


 **Paulo Fernando Nhumbjane** Nairinho


Mabote Só para encontrar pessoas como tu! · 20 h

 **Ivódio Francisco** M'tambe Paro por aqui de seguir páginas com palhaçadas · 20 h

 **Daniel Roagem Fungulane** RENAMO falido · 21 h

 **Augusto Mangue Jr.** RENAMO estrategico · 20 h

 **Neclino Chaphata** Palhaçadas só! Que Perder eleições gerais que nada pah! Afinal já passamos Outubro de 2019, talvez eu estou ultrapassado, que mês e ano estamos? · 20 h

 **Andries Lauryn** Este jornal ou oquê é uma treta. · 21 h

 **Assif Bique** Fritrahonfy · 19 h

 **Chico Cumbe SUKA** mentirosos. · 20 h

Sociedade

Perto de meio milhão de habitantes vai ter acesso à telefonia móvel até ao final deste ano

O Governo moçambicano prevê cobrir, até ao final do presente ano, mais 30 localidades com os serviços de telefonia móvel, o que vai permitir o acesso ao serviço de telecomunicações a mais de 420 mil habitantes das zonas abrangidas.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Esta meta, anunciada na terça-feira, 4 de Junho, pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, enquadra-se no âmbito da expansão da rede de telecomunicações, que resultou, desde o início do presente quinquénio, na cobertura de mais 276 novas localidades, proporcionando acesso à telefonia móvel a cerca de dois milhões de habitantes.

tais como o processo de migração da radiodifusão analógica para digital, o projecto de televisão via satélite para 500 aldeias moçambicanas, o projecto "Praças Digitais", bem como a construção de centros multimédia comunitários, entre outros.

De acordo com Carlos Mesquita, que falava na abertura do XXVII Fórum

"O alargamento do acesso das TIC às comunidades das zonas rurais ao menor custo possível, o aumento da competitividade das organizações do País, num mercado cada vez mais global e competitivo, a adaptação da regulação das comunicações para um ambiente em constante mudança, caracterizado pela integração tecnológica e de serviços, o reforço da segurança cibernética, entre outras matérias, constituem desafios que precisamos de ultrapassar como País e como uma comunidade", disse o dirigente.

Na ocasião, Carlos Mesquita defendeu que o Estado deve continuar a criar um ambiente favorável para uma concorrência saudável e promover a inovação para fazer face às novas tendências e exigências dos utilizadores das telecomunicações.

"Este fórum é a plataforma apropriada para a concertação de esforços

para o sucesso da nossa missão de colocar as comunicações ao serviço do desenvolvimento da economia e das nossas comunidades", frisou o ministro dos Transportes e Comunicações, dirigindo-se aos delegados do fórum, provenientes de todos os países membros da AICEP - Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa.

Por seu turno, o presidente da AICEP, João Santana, referiu-se à necessidade de os países e a organizações estarem atentos aos desafios impostos pela inovação tecnológica, que, para si, "é um processo inadiável e inevitável".

"Esta transformação digital cria também novos desafios e requer uma capacidade de antecipação e de agilidade sem precedentes nas nossas organizações. O ritmo da mudança e da transformação nunca foi tão elevado e o sector das comunicações desenvolve-se a um ritmo nunca antes visto", sublinhou João Santana.

Seguindo recomendações da OMS e MISAU: ADeM lava e desinfecta decantadores e cisternas

Com vista a garantir o fornecimento contínuo de água potável com o padrão de qualidade recomendado pelo Ministério da Saúde (MISAU) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a empresa Águas da Região de Maputo (Adem) iniciou segunda-feira, 3 de Junho, a lavagem e desinfecção de decantadores e cisternas, na Estação de Tratamento de Água de Umbelúzi, bem como dos reservatórios, nos Centros Distribuidores.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

A acção, que se enquadra no plano de manutenção de infraestruturas e órgãos hidráulicos da empresa, terá uma duração aproximada de dois meses.

De acordo com a Directora de Manutenção da Adem, Cláudia Ronda, o processo de lavagem vai abarcar todos os 42 órgãos hidráulicos, sem, no entanto, afectar o abastecimento de água.

"Optamos por realizar esta empreitada nesta altura do ano, por ser o período em que se registam baixos níveis de consumo de água, por causa das baixas temperaturas, daí que os efeitos secundários do processo serão mínimos", explicou a directora de Manutenção.

A lavagem dos decantadores, cisternas e reservatórios de água, conforme destacou, constitui um acto de manutenção das infraestruturas, cujas paredes acumulam incrustações no decurso da sua utilização.

"A remoção destas incrustações visa garantir a continuidade do fornecimento de água dentro dos parâmetros de qualidade recomendados pelo MISAU e a OMS", concluiu.



Para além da expansão da rede de telecomunicações, o Governo implementou, durante o quinquénio prestes a findar, projectos estratégicos de massificação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC),

AICEP das Comunicações Lusófonas, não obstante estes avanços, ainda persistem desafios, sendo um deles a promoção da inovação e melhoria da qualidade dos serviços das comunicações prestados pelos operadores.

Nyusi e Momade anunciam reedição de Acordo de Paz antes das Eleições Gerais

O Presidente Filipe Nyusi e Ossufo Momade anunciaram neste domingo (02) que pretendem assinar um Acordo de Paz em Agosto próximo, tal como o fizeram Armando Guebuza e Afonso Dhlakama em Setembro de 2014, à tempo das Eleições Presidenciais, Legislativas e Provinciais de 15 de Outubro.

Texto: Redacção • Foto: Pre. da República

Depois da falta de entendimento sobre a integração dos guerrilheiros do partido Renamo na Polícia da República de Moçambique e nos Serviços de Informação e Segurança do Estado, e farpas trocadas através dos meios de comunicação social, Nyusi e Momade, que se reuniram na Cidade de Chimoio, disseram a jornalistas ter constado existirem condições para o desfecho do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), considerando a evolução do processo de descentralização, exigência que levou a Renamo a retornar as matas após as eleições de 2014, e os passos dados pela Comissão de Assuntos Militares, assessorada pelos Peritos Internacionais.

"Chegamos a consenso que temos que avançar, temos que integrar as forças residuais da Renamo e o Grupo de DDR terá que iniciar com o seu trabalho. Gostaríamos que até Agosto pudessemos ter o Acordo de Cesar Fogo", declarou neste domingo (02) Ossufo Momade a jornalistas.

Indiferente aos problemas do Recenseamento eleitoral que havia afirmado, na semana passada, estar inquinado de "esquemas fraudulentos" protagonizados pelo partido Frelimo como forma "perpetuar-se no poder de forma ilícita e ilegítima" o líder do maior partido de oposição em Moçambique prometeu ainda "vamos realizar as eleições sem que tenhamos forças da Renamo nas matas" sem no entanto garantir que as armas serão entregues.

Por seu turno o Chefe de Estado detalhou que "durante o mês de Junho vamos começar com o processo de desarmamento e também a reintegração, naturalmente há aspectos jurídicos que tem que nortear isso, por exemplo a Lei de Amnistia tem que ser criada para as pessoas ficarem certas que não serão perseguidas".

"(...) Decidimos que o mais tardar no início do mês

continua Pag. 06 →

Governo de Nyusi quer pagar dívida ilegal da EMATUM mais cedo com receitas do gás natural e sem passar pelo Parlamento



Há poucos meses do fim do seu mandato o Governo de Filipe Nyusi anunciou, na passada sexta-feira (31), uma nova proposta para reestruturar a dívida ilegal da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) reiniciando a amortização, sem a aprovação da Assembleia da República, já no próximo mês. A hipoteca directa das receitas da exploração da Área 1 e 4 da Bacia do Rovuma foi retirada mas as receitas do gás natural de Cabo Delgado serão a ser a principal fonte para pagar os 850 milhões de Dólares norte-americanos ilegalmente contraídos e criminosamente gastos que custarão aos moçambicanos 1,8 biliões de Dólares até 2031.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

"Festival da Criança" termina em tragédia em Maputo

Um evento alusivo ao Dia da Criança na Cidade de Maputo, organizado pela empresa da artista Elisabete James, terminou com a morte de cinco pessoas, duas delas menores, e vários feridos. A superlotação do local, que tinha apenas um portão para a saída de pessoas, terá contribuído para que as vítimas fossem empurradas violentamente e caíssem desamparadas na vala de drenagem existente entre o Aqua park e a rua.

Texto: Redacção

O "Festival da Criança" era um dos programas apetecíveis para a celebração do Dia 1 de Junho na capital moçambicana, desde as 11 horas de sábado (01) o intenso tráfego de viaturas, que resultou em congestionamento rodoviário na Rua Eng. Santos Resende, vulgarmente chamada de Dona Alice, e o movimento de pessoas indicava uma enchente sem precedentes no chamado Aqua park.

O local com piscinas e amplo espaço aberto não tem infra-estruturas para acolher mais do que 5 mil pessoas, de acordo com um autoridade pública ouvida pelo @Verdade, "tem apenas dois acessos do exterior, meia dúzia de casas de banho e muros demasiado altos para realizar eventos com muita gente".

O @Verdade apurou que terão sido vendidos cerca de 10 mil



bilhetes, apenas para o 1º dia, o "Festival da Criança" tinha previsto acontecer também no domingo (02), aos quais se juntaram perto de 10 mil adultos, que como acompanhantes dos

menores não pagavam a entrada.

"Segundo informações preliminares que recebemos o evento estava previsto receber cerca de 15 mil pessoas no entanto existe a hipótese de ter-se excedido este número, terá recebido 20 mil pessoas, que é um número que extravasa a capacidade do recinto", disse a jornalista este domingo (02) o porta-voz do Comando da Polícia da República de Moçambique, Leonel Muchina.

Eram cerca das 18 horas e o evento tinha terminado quando os presentes começaram a abandonar o local, contudo muitos com alguma pressa originaram uma avalanche de pessoas no único portão que estava a permitir a saída de pessoas o que originou, de acordo com a fonte policial, que algumas pessoas caíssem por cima

continua Pag. 06 →



→ continuação Pag. 05 - Governo de Nyusi quer pagar dívida ilegal da EMATUM mais cedo com receitas do gás natural e sem passar pelo Parlamento

Através de um comunicado de imprensa o Ministério da Economia e Finanças (MEF) anunciou ter chegado a “acordo de princípios sobre os principais termos comerciais de uma projectada operação de reestruturação” da dívida contraída em 2013 pela EMATUM com Garantia Soberana assinada por Manuel Chang sem a constitucional obrigatoriedade de aprovação pela Assembleia da República.

O “acordo de princípios” foi alcançado com os membros do Grupo Global de Obrigações de Moçambique, que controlam 60 por cento da dívida da EMATUM transformada sem o consentimento dos moçambicanos em Títulos de dívida soberana do nosso país.

Neste novo “acordo de princípios” o Executivo de Nyusi em vez dos juros que propunha-se a pagar de 4 por cento quer pagar 5 por cento até 2023, cerca de 45 milhões de

Dólares em duas prestações semestrais, e daí em diante aumentar os juros para 9 por cento até 2031, o que custará aproximadamente 81 milhões de Dólares anualmente ao erário público. Dinheiro que daria para construir pelo menos 10 escolas primárias completas, à prova de Calamidades Naturais e com as carteiras incluídas.

No “acordo de princípios” de Novembro o Governo pretendia amortizar o capital em seis prestações entre 2029 e 2033, pouco mais de 200 milhões de Dólares por ano, e na proposta actual propõe que quem governar Moçambique em 2028 resgate o capital em apenas 4 anos, “oito prestações semestrais iguais de 112,5 milhões Dólares cada em 15 de Março e 15 de Setembro dos anos 2028, 2029, 2030 e 2031”, pode-se ler no comunicado do MEF.

A vertente aparentemente ser melhor do novo acordo

é já não incluir o prémio de 500 milhões de Dólares que seriam pagos aos credores indexados à receita fiscal agregada de Moçambique no ano antecedente derivada de projectos de gás natural de Área 1 e Área 4.

850 milhões ilegalmente contraídos custarão aos moçambicanos 1,8 biliões de Dólares

No entanto os moçambicanos não devem ter ilusões que as receitas do gás natural da Bacia do Rovuma não serão usadas para amortizar esta dívida considerada soberana ilegalmente. As actuais receitas do Estado não chegam para pagar o Orçamento de Estado anual, só em 2019 o Governo tem um défice orçamental de 93 biliões de Meticais. A expectativa é que as receitas fiscais, que actualmente rondam os 2,8 biliões de Dólares norte-americanos, ascendam a 6,2 biliões em

2023, ano em que os projectos de gás natural preveem iniciar a sua exportação, e poderão triplicar para 18 biliões de Dólares em 2032.

Contas feitas pelo @Verdade indicam que no total os moçambicanos irão pagar, ao abrigo deste novo acordo, pouco mais de 1,8 bilião de Dólares norte-americanos pelo total do empréstimo de 850 milhões que foi usado para comprar barcos de pesca que não pescam.

Entretanto este acordo, a ser levado adiante, será outra ilegalidade pois o Governo assume reiniciar as amortizações, dos juros, já a 15 de Julho próximo. Acontece que o Decreto 77/2017, que aprova os procedimentos relativos à emissão e gestão da dívida pública e das garantias do Estado, determina no seu artigo 3 que “A contratação e emissão da dívida pública deve observar as disposições da Lei que aprova o Orça-

mento de Estado, do presente Decreto e demais legislação aplicável”.

Ora a Lei do OE de 2019 não inclui esta reestruturação que na verdade trata-se de novo endividamento. Mesmo que o Governo pretenda realizar um orçamento rectificativo para incluir este “acordo de princípios” será uma corrida contra o tempo pois a Assembleia da República está em “mini-férias” até Julho.

Além disso a “Lei Mãe” continua impor que compete a Assembleia da República autorizar o Governo, definindo as condições gerais, a contrair ou a conceder créditos.

Contudo, e a julgar pelo comunicado de imprensa o Ministério da Economia e Finanças, a “lei inglesa” é que rege estas negociações tornando facultativo a lei moçambicana, particularmente a Constituição da República de Moçambique.

→ continuação Pag. 05 - Nyusi e Momade anunciam reedição de Acordo de Paz antes das Eleições Gerais

de Agosto o Acordo de Paz Definitivo tem que ser celebrado” afirmou o Presidente Nyusi que anunciou ainda que as partes acordaram ini-

Recorde-se que ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre os Assuntos Militares rubricado pelos beligerantes em Agosto de 2018 o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração deveria ter ficado concluído em Abril passado e por essa altura também deveria ter sido firmado o novo Acordo de Paz, que será o terceiro depois de

Guebuza e Dhlakama em 2014 e de Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama em 1992.



ciar a preparação da Conferência Internacional para pedir dinheiro aos Parceiros de Cooperação para custear a Reintegração dos guerreiros da Renamo.

→ continuação Pag. 05 - “Festival da Criança” termina em tragédia em Maputo

de outras na vala de drenagem que fica junto a estrada, “resultou em desmaio e ferimento de nove indivíduos que prontamente foram socorridos ao Hospital Central de Maputo”.

“Infelizmente cinco das vítimas acabaram por perder a vida, nas quais quatro do sexo feminino e um masculino, sendo três adultos de aproximadamente 75, 60 e 45 anos de idade e dois menores de 7 e 12 anos de idade. Dos feridos um ficou internado e três que haviam desmaiado foram reanimados pelas equipas de socorro” esclareceu ainda Leonel Muchina.

Embora a organização tenha garantido que todas as medidas de preparação estavam actualizadas, além da sobrelotação, existem relatos que não exis-

tiam ambulâncias no Aqua park, aliás ao Hospital Central de Maputo as vítimas chegaram transportadas numa viatura da PRM, três, e as restantes numa viatura particular.

O @Verdade apurou que duas das vítimas eram mãe e filha, e que a idosa falecida tinha levado a neta para a festa do 1 de Junho.

Durante o domingo algumas famílias ainda procuravam crianças que estiveram no “Festival” mas não tinha regressado à casa.

Enquanto decorrem investigações das autoridades o segundo dia do Festival foi cancelado. A lei de Espectáculos e Divertimentos Públicos prevê que em 48 hora o público deve ser reembolsado na totalidade o valor pago na aquisição do bilhete.

Doadores prometem apenas 1,2 dos 3,2 biliões de Dólares que Moçambique precisa para reconstrução pós ciclones

Os doadores internacionais não abriram os cordões das suas bolsas e, embora tenham prometido ajudar na reconstrução das províncias fustigadas pelos ciclones Idai e Kenneth, deverão dar somente 1,2 bilião de Dólares norte-americanos, menos de metade dos 3,2 biliões de Dólares estimados pelo Governo. Apenas o Município da Beira quantificou em 888 milhões de Dólares o Plano de Reconstrução e Resiliência da Cidade. Filipe Nyusi, que aproveitou a estadia na capital da Província de Sofala para campanha eleitoral já tem mais uma desculpa para atrasar o futuro melhor: “O Idai e o Kenneth violentaram o caminho traçado para o desenvolvimento progressivo de Moçambique e do seu povo”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

O Governo abalou novamente para a Cidade da Beira, na passada sexta-feira (31) e sábado (01), para tentar conseguir que os Parceiros de Cooperação doassem o que foi quantificados como necessidades dos impactos dos ciclones mas também muitos outros milhões para financiar obras e actividades que são a sua responsabilidade financiar.

“O Idai e o Kenneth violentaram o caminho traçado para o desenvolvimento progressivo de Moçambique e do seu povo” começou por afirmar o Presidente Filipe Nyusi, que tem assim mais uma desculpa para adiar o futuro melhor prometido por sucessivos governos do partido Frelimo.

O Chefe de Estado anunciou a mais do que esperada revisão em baixa do Produto Interno Bruto em 2019, “prefiro dizer que o crescimento será de apenas 2 por cento”, discorreu sobre os danos que os ciclones deixaram frágeis infra-estruturas do Centro e Norte de Moçambique e alertou que “1,5



milhão de pessoas necessitarão de apoio alimentar de Setembro deste ano à Março do próximo ano, nos próximos meses prevemos grande situação de crianças e mulheres grávidas sofrendo de desnutrição aguda ou moderada”.

Mas apesar dos apelos, até das Nações Unidas que revelou que do apelo humanitário de emergência de 282 milhões de Dólares, lançado há 2 meses, registou contribuições “muito aquém daquele valor”, os doadores internacionais não abriram os cordões das suas bolsas e assumiram o compromisso de disponibilizar apenas 1,2 biliões de Dólares.

Embora o pedido do Governo

tenha sido claramente exorbitante, até porque os ciclones não causaram danos massivos nas seis províncias como se pretende fazer crer, só o Município da Beira apresentou um Plano de Reconstrução e Resiliência orçado em 888.447.517 Dólares.

Porém se o Executivo conseguir que grande parte da ajuda prometida seja disponibilizada até ao final de 2019 será um importante tónico para a economia e um impulso na campanha eleitoral, por isso o Presidente Nyusi pediu a “simplificação dos métodos como esses apoios serão feitos” e ainda “urgência na sua concretização na mobilização do montante global é crucial para que os alicerces da estabilidade macroeconómica não sejam demasiadamente afectados, facto que, a acontecer, tornaria a recuperação muito mais lenta”.

Aliás Filipe Nyusi aproveitou a viagem paga por todos os moçambicanos para acções de campanha eleitoral com os simpatizantes do seu partido na Província de Sofala.

Momade negocia com Nyusi futuro após perder Gerais de 2019

O líder do maior partido de oposição em Moçambique, Ossufo Momade, negociou com o Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, o seu futuro após perder as Eleições Presidenciais de 15 de Outubro.

Texto: Redacção



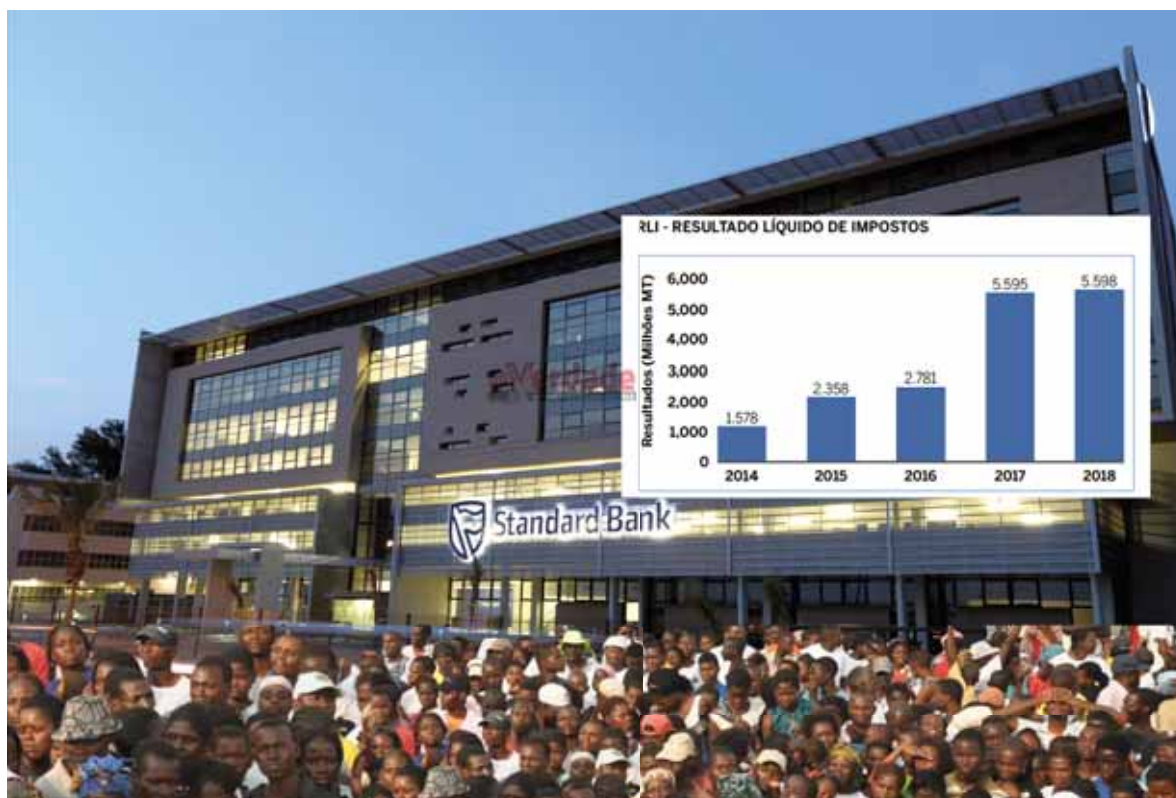
No encontro realizado na Cidade do Chimoio, no passado domingo (02), os candidatos presidenciais dos partidos Frelimo e Renamo terão decidido quem será o próximo Presidente de Moçambique e por isso, de acordo com Filipe Nyusi os beligerantes debateram como será acomodado o líder da perdis.

"Igualmente nós durante esse processo teremos, no mês de Junho e Julho, discutir qual é o enquadramento que o presidente da Renamo, o General na reserva Ossufo Momade não vai ficar em Gorongosa, no mato, toda a vida, tem que sair, mas quando sair como é que fica, como é que vive, qual é o tratamento que tem que ter para poder fazer o trabalho político", declarou Nyusi após o encontro deixando no ar que o candidato do maior partido da oposição terá admitido que não será o vencedor do pleito de 15 de Outubro.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com/verdademz

Standard Bank volta a lucrar bilhões mas lamenta "cortes na taxa de juro de política monetária pelo Banco de Moçambique" reduziram os seus lucros



O Standard Bank voltou a ganhar dinheiro com a crise em Moçambique tendo obtido em 2018 um resultado líquido de 5,6 bilhões de Meticals e lucrado 9 bilhões de Meticals ainda assim, o terceiro maior banco comercial, lamenta que os "sucessivos cortes na taxa de juro de política monetária pelo Banco de Moçambique" reduziram os seus lucros em 9,4 por cento.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Passageiros serão multados em Moçambique por excederem lotação

Os cidadãos que forem responsáveis pela violação da lotação determinada para cada veículo de transporte de passageiros poderão a ser multados ao abrigo do Decreto 35/2019, que entrará em vigor em Agosto no nosso país. "É preciso trazer esta consciência e responsabilidade do passageiro sobre o que é que significa ir à bordo de um veículo que já está cheio", esclareceu ao @Verdade o director Nacional dos Transportes e Segurança do Ministério dos Transportes e Comunicações.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

"No transporte urbano, as multas por excesso de lotação são aplicadas ao passageiro correspondendo ao valor da passagem do trajecto em que a viatura encontra-se licenciada e o mesmo é obrigado a desembarcar", determina o número 4 do Artigo 106 do novo Regulamento de Transporte em Veículos Automóveis.

Entrevistado pelo @Verdade o director Nacional dos Transportes e Segurança do Ministério dos Transportes e Comunicações explicou: "Aqui nós pretendemos trazer uma terceira figura para ajudar, as vezes o excesso de lotação é decorrente da solicitação do próprio passageiro, embora isso não isente a responsabilidade por parte do condutor e ou do operador. Aqui é preciso fazer uma conjugação entre o Código da Estrada, já prevê a lotação do veículo de tal forma que não isente ao operador, e o número 4 do Artigo 106 para que a operação de transporte seja em conformidade".

"É preciso trazer esta consciência e responsabilidade do passageiro sobre o que é que significa ir à bordo



de um veículo que já está cheio, isso também vai despertar aos outros utentes quem foi o último a entrar extravasando a lotação tem que ser responsabilizado", esclareceu ainda Cláudio Zunguze.

Ademais o artigo sobre "Lotação" define ainda que: "Nas carreiras inter-provinciais e internacionais, o passageiro tem direito a um lugar sentado devidamente marcado".

"Em carreiras urbanas, na ficha de

inspecção será indicado o número de passageiros que podem viajar em pé, observando as condições compatíveis do veículo e segurança dos utentes".

O número 3 responsabiliza: "Por cada passageiro em excesso, o operador é sancionado com multa correspondente ao valor da passagem do trajecto mais longo em que a viatura se encontra licenciada, para o transporte inter-provincial e internacional".



→ continuação Pag. 07 - Standard Bank volta a lucrar bilhões mas lamenta “cortes na taxa de juro de política monetária pelo Banco de Moçambique” reduziram os seus lucros

A crise económica e financeira que o nosso país enfrenta desde 2016, causada por bancos estrangeiros e pela ganância de políticos, continua a proporcionar rendimentos bilionários às instituições financeiras que operam em Moçambique.

14	Activos financeiros		
	Bayport 2018- Série I	89,273,344	-
	Obrigações do Governo		
	Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série II)	-	8,787,259
	Obrigações do Governo (OT 2017 Série I)	138,930,583	113,626,841
	Obrigações do Governo (OT 2018 Série XII)	480,972,743	-
	Bilhetes do Tesouro		
	Emitidos pelo Governo de Moçambique	29,963,544,599	29,575,053,160
		30,672,721,269	29,697,467,260

O Standard Bank que no ano anterior ao da crise tinha facturado 2,8 bilhões de Meticaís tem visto a sua Margem financeira crescer desde então, em 2016 quase duplicou para 5,3 bilhões, em 2017 voltou a quase duplicar para 9,4 bilhões e no exercício económico de 2018 ficou-se pelos 9,2 bilhões de Meticaís.

Enquanto os moçambicanos desesperam pela descida das taxas de juro que asfixiam a quem tem empréstimos bancários ou a quem precise de financiamento para investir o terceiro maior banco comercial lamenta as medidas do banco central para conter a crise.

“A nossa margem financeira esteve sob pressão este ano devido à prevalência de uma conjuntura de taxas de juro baixas. Os sucessivos cortes na taxa de juro de política monetária pelo Banco de Moçambique, que ascenderam a um total de 525 pontos base, levaram a nossa margem financeira a cair de 10,7 por cento em 2017 para 9,4 por cento”, afirma o Standard Bank no seu Relatório e Contas de 2018.

A instituição financeira que tem como accionista maioritário um Banco de investimento do Reino Unido lamenta ainda que “Um aumento do custo de liquidez em moeda estrangeira veio acrescer a essa pressão, da mesma forma que o impacto

do crescimento de 21.2 por cento dos depósitos a prazo em moeda local”.

“No entanto, o crescimento dos activos remunerados moderou o impacto de ambos os factores, preservando assim a margem fi-

nanceira, marginalmente inferior comparada com 2017”, declara a instituição financeira.

Standard Bank tem 30 bilhões investidos na dívida pública de Moçambique

O @Verdade constatou no Relatório e Contas que os activos financeiros que preservaram a bilionária Margem Financeira do Standard Bank são Títulos da Dívida Interna Pública que o Governo de Filipe Nyusi tem vendido para financiar os seus deficitários orçamentos de Estado: “Os activos financeiros, no valor de 30.777.009.441 Meticaís compreendem bilhetes do tesouro e obrigações do tesouro de Moçambique. Contém itens de curto e médio longo prazo, com a classificação associada ao Governo de Mo-

çambique, sem histórico de perdas, qualificando como “Monitoria padrão” na clas-

em Títulos do Tesouro que aumentou para 13,9 quando as taxas de juros começaram



sificação interna do Banco”.

Dessa carteira de dívida pública interna o Standard Bank tem 29,9 bilhões de Meticaís investidos em Bilhetes do Tesouro enquanto nas Obrigações do Tesouro investiu pouco mais de meio bilhão de Meticaís. No ano anterior a crise o banco tinha em carteira 6,8 bilhões

a subir e em 2017 aumentou os investimentos na dívida interna para 29,5 bilhões de Meticaís.

O Banco de Moçambique indica no seu último Relatório Anual da Situação Macroeconómica que “com os bancos a revelarem uma maior preferência por Bilhetes do Tesouro para o prazo de 364 dias” cujo stock total passou de 34,6 bilhões em 2016 para 93,9 bilhões em 2017 e no ano passado chegou aos 116,8 bilhões de Meticaís.

Apesar da crise, e num ano em que a economia desacelerou para uma percentagem similar a de duas décadas atrás, antes de iniciar o boom da indústria extrativa, o Standard Bank revela que “alcançou bons resultados em 2018 apesar da modesta actividade económica durante o ano, o que teve custos para o consumo e para as actividades de investimento”.

“Com um valor de 5.598 milhões, os nossos resultados líquidos de impostos em 2018 mantiveram-se praticamente inalterados face aos alcançados em 2017, que foram de 5.595 milhões”, declara ainda o banco no seu Relatório e Contas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018					
	Nota	Grupo		Banco	
		2018	2017	2018	2017
		MT	MT	MT	MT
Juros e rendimentos similares	5	11,098,671,326	11,865,241,681	11,098,671,326	11,865,241,681
Juros e encargos similares	5	(1,850,144,657)	(2,506,195,742)	(1,850,144,657)	(2,506,195,742)
Margem financeira		9,248,526,669	9,359,045,939	9,248,526,669	9,359,045,939
Rendimentos com taxas e comissões	6	1,568,001,951	1,274,519,767	1,568,001,951	1,274,519,767
Gasto com taxas e comissões	6	(25,652,048)	(18,399,847)	(25,652,048)	(18,399,847)
Resultados com taxas e comissões		1,542,349,902	1,256,119,920	1,542,349,902	1,256,119,920
Resultados de operações financeiras	7.1	2,547,209,060	2,344,004,652	2,547,209,060	2,344,004,652
Outros proveitos	7.2	48,497,708	136,962,508	48,497,708	136,962,508
Resultados operacionais		13,386,583,339	13,096,133,018	13,386,583,339	13,096,133,018
Imparidade de crédito	8	(213,307,907)	(294,640,240)	(213,307,907)	(294,640,240)
Resultados operacionais após perda por imparidade de crédito		13,173,275,432	12,801,492,778	13,173,275,432	12,801,492,778
Outros gastos operacionais	9	(5,798,805,062)	(5,430,106,915)	(5,788,161,117)	(5,430,106,915)
Resultado antes de impostos indirectos		7,374,470,370	7,371,385,864	7,385,114,315	7,371,385,864
Imposto indirecto	10.1	(256,641,886)	(299,326,052)	(256,641,886)	(299,326,052)
Resultado antes de impostos directos		7,117,828,484	7,072,059,811	7,128,472,429	7,072,059,811
Imposto Directo	10.2	(1,530,931,610)	(1,476,774,121)	(1,530,931,610)	(1,476,774,121)
Resultado líquido do exercício		5,586,896,874	5,595,285,691	5,597,540,819	5,595,285,691
Resultados por acção					
Básicos e deluídos	11	15.41	21.35	15.44	21.35

Desporto

“Ferroviárias” mantém reinado em Maputo pelo quinto ano consecutivo

As “ferroviárias” renovaram o título de campeãs de basquetebol da Cidade de Maputo, pelo quinto ano consecutivo, após vencerem o Costa do Sol no passado sábado (01) no 3º jogo dos “play-off”. Ingild Mucauro manteve o estatuto de melhor basquetebolista.

Texto & Foto: Redacção • Foto: Facebook do Ferroviário

O pentacampeonato da Cidade começou a ser conquistado na terça-feira (28) quando as pupilas de Leonel Manhique cilindraram as “canarinhas” por 66-36 pontos.

O Costa do Sol foi incapaz de dar réplica e voltou a ser derrotado na sexta-feira por 56-28 pontos.

Com o imperativo de vencer o 3º jogo do “play-off”, a melhor de cinco, para adiar o título a equipa treinada por Deolinda Ngulela

entrou para a quadra do pavilhão do Maxaquene, no sábado (01), no entanto o Ferroviário de Maputo cedo mostrou ao que vinha e colocou-se na frente do placar e venceu o 1º período por 26-7 pontos.

As “canarinhas” tentaram dar luta mas o melhor que conseguiram foi sair para o intervalo com uma desvantagem de 15 pontos.

Comandadas por Ingild as “fer-



roviárias” continuaram imparáveis rumo a reconquista, dilataram a vantagem para 56-33 ponto no final do 3º período, e confirmaram a sua hegemonia por 75-45 pontos.

Ingild Mucauro manteve o estatuto de jogadora Mais Valiosa e ainda conquistou o troféu de melhor marcadora. As suas colegas Anabela Cossa e Odélia Mafanela ficaram com os títulos de melhor triplista e melhor ressaltadora, respectivamente.

“Chang se vier a Moçambique hoje vai ser preso” assegura Presidente da Assembleia da República

A Presidente da Assembleia da República (AR), Verónica Macamo, assegurou nesta terça-feira (04) que: “se o colega Chang se vier a Moçambique hoje vai ser preso porque já foi pedido isso. Há muitas pessoas que pensam que quando ele chegar vai a casa, não é o caso”.

Texto: Redacção



Questionada por jornalistas, à margem de um encontro de cortesia, sobre o levantamento da imunidade parlamentar do deputado Manuel Chang, detido na África do Sul mas que poderá ser extraditado para Moçambique para responder por crimes de corrupção, Verónica Macamo esclareceu: “Há uma coisa que muita gente não sabe, nós relaxamos a imunidade do colega Chang”.

“Portanto se o colega Chang se vier a Moçambique hoje vai ser preso porque já foi pedido isso. Há muitas pessoas que pensam que quando ele chegar vai a casa, não é o caso, não é efectivamente isso”, disse a Presidente da AR.

Verónica Macamo acrescentou que: “A questão da imunidade é um processo que tem que ser feito e a pessoa tem que se defender, imaginem os constrangimentos que temos tido mas estamos a trabalhar nesse sentido, não há efectivamente a ideia que nada aconteceu. Se chegar hoje vai ser preso porque efectivamente relaxamos a imunidade”.

Relativamente ao mandato de Manuel Chang como deputado da bancada do partido Frelimo a Presidente da Assembleia da República afirmou: “O assento dele vai ser substituído quando efectivamente ele perder o mandato, perde-se o mandato através de um processo, a pessoa tem direito de se defender, tudo está a seguir os seus trâmites”.

Constitucional confirma Guebuza “actuou à margem da Constituição” e declara nulo empréstimo da EMATUM; Decisão pode perpetuar crise em Moçambique



O Conselho Constitucional (CC) considerou que o Governo de Armando Guebuza “actuou à margem da Constituição”, facto revelado pelo @Verdade em 2016, e declarou “a nulidade dos actos inerentes ao empréstimo contraído pela EMATUM, SA, e a respectiva garantia soberana conferida pelo Governo, em 2013, com todas as consequências legais”. Porém, esta decisão que iliba o povo de pagar essa dívida transformada em Títulos de dívida soberana de Moçambique pelo Executivo de Filipe Nyusi, não deverá acabar com o calvário dos moçambicanos pois para os mercados financeiros, doadores e até para o Fundo Monetário Internacional o nosso país continua a ser caloteiro e por isso não viável para investir. Aliás é expectável que os detentores do empréstimo, agora denominado “Notas de Moçambique de USD 726.524.000,00” iniciem uma batalha legal sem fim à vista.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: @Verdade

continua Pag. 10 →

24 pessoas condenadas por envolvimento no ataques em Cabo Delgado

O Tribunal Provincial de Cabo Delgado condenou nesta terça-feira (04) 24 cidadãos a pena de prisão maior pelo seu envolvimento nos ataques insurgentes ocorridos naquela região. No mesmo dia o grupo “jihadista” Estado Islâmico reivindicou a sua participação no terrorismo no Norte de Moçambique.

Texto: Redacção

Os réus eram acusados de associação para delinquir, conspiração, instigação ou provocação a desobediência colectiva e foram condenados a penas de prisão que variam entre 12 a 16 anos e ainda devem pagar multas ao Tribunal.

No mesmo julgamento cinco outros réus foram absolvidos e três perderam a vida durante a instrução do processo.

Entretanto nesta terça-feira

(04) o grupo “jihadista” Estado Islâmico declarou ter causado, na véspera, mortos e feridos entre militares moçambicanos, ao repelir um ataque das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique na Província de Cabo Delgado.

“Com o sucesso de Alá Todo-Poderoso e no âmbito da ‘Batalha do Atrito’, ontem (segunda-feira), os soldados do Califado conseguiram repelir um ataque do Exército moçambicano na

localidade de Metubi, na área de Mocímboa da Praia” afirmou em comunicado o Estado Islâmico.

A Província de Cabo Delgado é assolada, desde Outubro de 2017, por ataques armados protagonizados por grupos apelidados de “Al Shabaab” pelos locais por serem compostos por jovens, embora não tenha ligações conhecidas ao grupo terrorista homónimo da Somália, e que causaram a morte de centenas de cidadãos civis.



→ continuação Pag. 09 - Constitucional confirma Guebuza "actuou à margem da Constituição" e declara nulo empréstimo da EMATUM; Decisão pode perpetuar crise em Moçambique

Instado a realizar a fiscalização do empréstimo da Empresa Moçambicana de Atum, Sociedade Anónima, (EMATUM, SA) pelo Fórum de Monitoria do Orçamento e pelo Provedor de Justiça os Venerandos juizes do Conselho Constitucional Hermenegildo Maria Cepeda Gamito, Ozias Pondja, Manuel Henrique Franque, Domingos Hermínio Cintura, Mateus da Cecília Feniasse Saize decidiram declarar "a nulidade dos actos inerentes ao empréstimo contraído pela EMATUM,SA, e a respectiva garantia soberana conferida pelo Governo, em 2013, com todas as consequências legais".

Através do Acórdão nº 5/CC/2019, publicado nesta terça-feira (04), o Conselho Constitucional que é conhecido pelos moçambicanos como legitimador das ilegalidades cometidas pelo partido Frelimo considerou que "indiscutivelmente o Governo (Nota do Editor: de Armando Guebuza) actuou à margem da Constituição, violando inequivocamente a respectiva alínea p) do nº 2, do artigo 178 da CRM, onde se reserva a exclusividade da competência da Assembleia da República para autorizar (...) a contrair ou conceder empréstimos, a realizar outras operações de crédito, por período superior a um exercício económico e a estabelecer o limite dos avales a conceder ao Estado, isto por um lado e, por outro, infringiu a alínea a) do nº 2 do artigo 129 da Lei nº 14/2011, de 10 de Agosto, pela prática de actos que configuram obviamente a usurpação do poder, conflituando desde logo com o artigo 134, onde se consagra a separação e interdependência de poderes dos órgãos de soberania, subordinando-se à Constituição e às leis, tal como igualmente se estipula no nº3 do artigo 2, ambos da Constituição da República de Moçambique".

Petição para fiscalização da constitucionalidade das dívidas da Proindicus e MAM

O CC considerou ainda que "Concomitantemente à violação da Constituição, surpreende-se a prática de uma outra ilegalidade (...) Nenhuma despesa pode ser assumida, ordenada ou realizada sem que, sendo, legal se encontre inscrita devidamente no orçamento do Estado aprovado, tenha cabimento na correspondente verba orçamental e seja justificada quanto à sua economicidade, eficiência e eficácia".

"As despesas só podem ser assumidas durante o ano económico para o qual tiverem sido orçamentadas". Este é o bloco legal que, no caso, se inclui a Constituição e a lei ordinária que foi completamente desrespeitado pelo Governo na contratação da dívida de EMATUM,SA, bem como da garantia soberana conferida, decorrendo daí a sua ilegalidade e com graves consequências jurídicas: trata-se de actos inválidos, sob forma de nulidade, por força do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 129, da lei já citada, facto que juridicamente tem reflexo na questionada Resolução nº 11/2016. Como corolário da detectada ilegalidade, a sua apreciação cabe à jurisdição administrativa, nos termos da alínea b) do artigo 3, da Lei nº 7/2014, de 28 de Fevereiro, que regula os procedimentos atinentes ao Processo Administrativo Contencioso", declarou ainda o Conselho Constitucional.

O @Verdade sabe que uma outra petição do Fórum de Monitoria do Orçamento pediu a fiscalização da constitucionalidade das dívidas das empresas Proindicus e Mozambique Asset Management (MAM).

"Os investidores são espertos os mercados financeiros estão interligados e por isso não convém entrar num contencioso"

À partida esta decisão do CC desobriga o Estado moçambicano do pagamento do remanescente do empréstimo, 262.352.872 Dólares norte-americanos foram pagos entre 2015 e 2016, contudo analistas financeiros e banqueiros que esperavam um acordo com os credores não só da EMATUM mas também da MAM antes das Eleições Gerais de Outubro explicaram ao @Verdade que a posição do Governo de negociar em vez de repudiar era a melhor estratégia como defenderam o antigo governante, economista, banqueiro e membro da comissão política do partido Frelimo Tomás Salomão assim como o economista independente Roberto Tibana.

Salomão afirmou que não repudiar o pagamento das dívidas ilegais, "é a postura mais correcta, porque só ela é que vai permitir, se um dia tivermos que chegar a uma situação de que está dívida tem que ser feito o right off, ou seja o corte total, isso passa por Moçambique estar sentado na assembleia de credores".

O ex-ministro da Finanças de Joaquim Chissano explicou que o não pagamento dos empréstimos cria o problema "que quando Moçambique quiser ir buscar dinheiro lá fora, seja o Estado, sejam instituições financeiras, seja quem for, o dinheiro vai custar mais caro porque vão sempre olhar para nós com reserva, porque vocês são caloteiros. Vocês contraem dívidas e depois começam andar por aí nas ruas a dizer que não querem pagar, porque essa outra parte não lhe diz respeito".

Posição similar defendeu Tibana: "Os investidores são espertos os mercados financeiros estão interligados e por isso não convém entrar num contencioso como fez a Argentina que esteve

quase duas décadas para acabar por pagar como forma de poder regressar aos mercados financeiros de capitais".

Embora diferente do default que Moçambique está mergulhado em 2001 o país sul-americano, mergulhado em sucessivas crises político-sociais decidiu parar da pagar a avultada dívida pública deixou de ter um programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi considerado um Estado pária pelos mercados internacionais e só em finais de 2018, após longas e duras negociações com o FMI e após ter amortizado dívidas com vários dos credores a quem dera calote duas décadas, as portas dos mercados financeiros voltaram a abrir-se.

Sem acordo com credores Moçambique fica "em incumprimento" e crise perpetua-se

Para além dos cortes de apoio directo ao Orçamento do Estado por parte do Doadores internacionais, desde que o FMI suspendeu o seu programa financeiro com Moçambique em 2016, o Investimento Directo Estrangeiro reduziu significativamente desde 2013 tendo em 2017 atingido o seu nível mais baixo.

Ironicamente o empréstimo da EMATUM era o único que estava "legal" para o Fundo Monetário Internacional, só suspendeu o seu Programa quando descobriu as dívidas ilegais da Proindicus e MAM, e nesta segunda-feira (03) o Conselho de Administração da instituição financeira até aprovou o relatório da Missão de Consulta ao Abrigo do Artigo IV, que visitou o nosso país em Março passado, tendo no seu comunicado saudado o acordo de princípio que o Governo de Nyusi alcançou com os credores privados do empréstimo da Empresa Moçambicana de Atum.

Aliás embora os Parceiros de Cooperação tenha retirado o

apoio financeiro ao nosso país nunca advogaram, assim como o FMI nunca o fez, que Moçambique não devesse pagar as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM.

O @Verdade apurou que os países doadores de Moçambique na verdade pretendem que as dívidas sejam pagas pois os titulares delas são importantes instituições e homens de negócios na sua terra natal, sem esquecer que o banco onde os empréstimos foram urdidos é da Suíça e a sua sede é no Reino Unido ou que o fornecedor dos barcos sobrefacturados está localizado na França.

É expectável nos próximos dias uma reacção dos titulares do empréstimo da EMATUM, que desde 2015 o Governo de Filipe Nyusi transformou Títulos de dívida soberana identificados como "Notas de Moçambique de USD 726.524.000,00", que poderá seguir o mesmo caminho dos titulares da dívida da Proindicus que moveram a acção que corre no United States District Court for Eastern District of New York.

A dúvida é se terá a Procuradoria-Geral da República capacidade para defender o Estado moçambicano nesses contenciosos pois a acção cível que Beatriz Buchili disse na Assembleia da República ter tentado no The High Court of Justice, Business and Property Court's os England and Wales, Commercial Court, "contra os bancos, empresas e gestores intervenientes na contratação dos empréstimos" não passa de um formulário de intenções que precisam de ser materializadas até ao fim deste mês.

O drama para os moçambicanos é que enquanto esses litígios decorrerem as agências de notação financeira deverão manter Moçambique "em incumprimento" (default) podendo arrastar a crise económica e financeira que vivemos desde 2016 por tempo indefinido.

Gapi financia jovens empresários recém-formados

Mais jovens técnicos recém-formados, na província do Niassa, acederam esta semana a crédito no âmbito do programa agro-jovem, elevando assim para 121 o total de novos negócios já financiados em todo o País, num montante de quase 70 milhões de Meticais.

Texto e Foto: www.fimdesemana.co.mz

Diamantino Vumbuca (32 anos) e Franquillino Carvalho (30 anos) recém formados em agro-pecuária pela Universidade Pedagógica, são os dois novos empresários que, com o acesso a cerca de 900 mil meticais, estão a iniciar a criação suína e avícola respectivamente, gerando cerca de 10 novos postos de trabalho.

O Agrojovem, que conta com o apoio da DANIDA, foi lançado em Junho de 2015 pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, aquando da passagem dos 25 anos da Gapi.

Hoje está a operar em todas as províncias, em colaboração com 20 universidades e escolas técnicas superiores. Este programa começou a ser implementado em Niassa, em 2017, e até agora concedeu

cerca de 3 milhões de meticais em crédito a oito iniciativas empresariais que permitem a criação de cerca de 30 postos de trabalho.

Para responder à crescente procura e expectativas geradas pelo Agrojovem e outras iniciativas focadas no fomento do empreendedorismo entre jovens, a Gapi está a ampliar o foco e abrangência deste projecto, convertendo-o num programa mais amplo – o Juve-Inova – que será lançado brevemente, em parceria com outras instituições vocacionadas a apoiar a iniciativa empresarial privada.

A Gapi está também a desenvolver soluções locais que possam melhorar a disponibilidade de serviços financeiros a estas micro e pequenas empresas. Além do



apoio a dezenas de organizações de poupança e crédito de natureza comunitária, como as que estão a surgir no âmbito de programas públicos como o PROMER, em implementação no Niassa, a Gapi está a investir em microbancos formais cujo enfoque são os pequenos negócios.

Em parceria com outros investidores locais, está praticamente concluído o projecto para a constituição da Caixa Geral de Poupança e Crédito (CGPC) do Niassa. Projectos semelhantes estão a ser finalizados para outras regiões do País onde, à luz da estratégia de inclusão financeira definida pelo Banco de Moçambique e pelo Governo, é prioritário promoverem-se investimentos que melhorem e diversifiquem a oferta de serviços financeiros em zonas rurais e com impacto social.

Hermenegildo Gamito renuncia após declarar que Frelimo violou a Constituição; Credit Suisse foi assessorado por empresa de Gamito e irmão assinou empréstimo da EMATUM



Um dia após declarar a inconstitucionalidade do empréstimo da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), Hermenegildo Maria Cepeda Gamito renunciou ao cargo de Presidente do Conselho Constitucional. "Tomei esta decisão por duas razões: uma de foro pessoal, que me escuso de mencionar, e outra porque em Setembro deste ano, mais propriamente no dia 24 de Setembro, completo 75 anos de idade" afirmou nesta quarta-feira (05) Gamito que para além do imbróglio que criou ao seu partido, sentenciando que a Frelimo violou a Constituição da República, outros sinais indiciam uma renúncia forçada tal como aconteceu com o seu antecessor. Ironicamente foi um escritório de advogados que Hermenegildo Gamito fundou que assessorou o banco Credit Suisse na concessão dos 850 milhões de Dólares e o seu irmão, Henrique Álvaro Cepeda Gamito, assinou em 2013 o contrato de endividamento como Administrador da EMATUM.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 12 →

Credores da EMATUM consideram que decisão do Constitucional de Moçambique não afecta reestruturação em curso com Governo

Os credores da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) consideram que a decisão do Conselho Constitucional de confirmar a ilegalidade do empréstimo contraído em 2013 não afecta as negociações em curso com o Governo de Filipe Nyusi pois essa dívida foi legalizada como dívida soberana de Moçambique em 2015. O Ministério da Economia e Finanças disse ao @Verdade ainda estar "analisar o Acórdão".

Texto: Adérito Caldeira

Os membros do Grupo Global de Obrigacionistas de Moçambique, que detém cerca de 60 por cento do empréstimo da EMATUM, disseram nesta quarta-feira (05) que a declaração de "nulidade dos actos inerentes ao empréstimo contraído pela EMATUM e a respectiva garantia soberana conferida pelo Governo, em 2013, com todas as consequências legais", por parte do Conselho Constitucional, não afecta as negociações em curso com o Governo de Filipe Nyusi pois essa dívida foi transformada em Títulos de dívida soberana de Moçambique em 2015, sendo agora identificados como "Notas de Moçambique de USD 726.524.000,00".

"Eu entendo que a decisão do tribunal de Moçambique refere-se à Garantia Soberana emitida para o financiamento da EMATUM. Mas essa Garantia foi ex-

tinta em Abril de 2016 e não faz parte de nenhum dos Títulos Soberanos. Os Títulos Soberanos constituem uma nova obrigação do Governo de Moçambique com credores substancialmente diferentes" afirmou o representante legal do Grupo Thomas Laryea, em declarações a publicação inglesa Debtwire.

Na óptica do representante legal do Grupo de credores: "Os Títulos Soberanos foram publicamente aprovados pela Assembleia da República de acordo com a Constituição da República e dentro dos limites da Lei orçamental. Os Títulos foram emitidos nos mercados financeiros baseando-se em documentação legal no âmbito da lei inglesa. Por isso a decisão do Conselho Constitucional de Moçambique não afecta os Títulos Soberanos e esperamos que a sua reestruturação

continue como foi acordado".

A aprovação que Thomas Laryea alude refere-se a inclusão da dívida na EMATUM na Conta Geral do Estado que foi aprovada pelos deputados do partido Frelimo na Assembleia da República a 13 de Julho de 2016.

Na altura tanto o Governo assim como os parlamentares do partido no poder declararam que essa inclusão na Conta Geral do Estado não serviria para legalizar a violação da Constituição mas apenas para que autoridades pudessem fazer a fiscalização da referida dívida. Aliás processo similar, de inclusão da Conta do Estado, foi realizado para as dívidas da Proindicus e da MAM.

No passado dia 31 de Maio o Grupo Global de Obrigacionistas de Moçambique e o Governo de Fi-

lipe Nyusi acordaram reestruturar novamente esses Títulos Soberanos, que deveriam ser pagos até 2023, para serem pagos com as receitas do gás natural da Bacia do Rovuma até 2031.

O @Verdade tem tentado entrevistar o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, sem sucesso porém, o seu porta-voz, Rogério Nkomo, disse telefonicamente que o Governo "ainda está analisar o Acórdão" do Conselho Constitucional.

Analistas financeiros e banqueiros ouvidos pelo @Verdade indicaram que a decisão do Conselho Constitucional não deverá resolver o calvário dos moçambicanos pagarem pelas dívidas contraídas ilegalmente e enquanto o Governo não chegar a acordo com os credores a crise económica e financeira poderá prolongar-se.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 11 - Hermenegildo Gamito renuncia após declarar que Frelimo violou a Constituição: Credit Suisse foi assessorado por empresa de Gamito e irmão assinou empréstimo da EMATUM

No cargo desde 26 de Maio de 2011, sucedendo a Luís António Mondlane que foi convidado a demitir-se, Gamito convocou os jornalistas para informar que: “no dia 4/06/2019, ou seja ontem, apresentei, ao abrigo da alínea b) do número 1 e do número 2 do Artigo 10 da Lei nº 6/2006 de 2 de Agosto, Lei Orgânica do Conselho Constitucional, o pedido de renúncia do cargo de Presidente do Conselho Constitucional”.

“Por imperativo ético tive a cortesia de informar a Sua Excia o Presidente da República que pretendia fazê-lo em princípios de Fevereiro deste ano. E tomei esta decisão por duas razões: uma de foro pessoal, que me escuso de mencionar, e outra porque em Setembro deste ano, mais propriamente no dia 24 de Setembro, completo 75 anos de idade. É a lei da natureza a funcionar inexoravelmente, partilho da convicção que depois dessa data não devo estar ligado ao Conselho nem a todo o seu processo”, esclareceu o 3º Presidente do Conselho Constitucional.

Gamito recordou que “sempre defendi que o mandato deveria ser de 7 anos ou 9 anos no máximo, prorrogável, eu estou no meio termo dos dois, mas no dia 24 de Setembro completo 75 anos e quero que o meu gesto de cumprimento da lei seja também uma referência e um exemplo para o futuro. E porque é que o faço antes do tal dia 24, por respeito e consideração e dar tempo para que o meu sucessor possa, no contexto deste que é um ano eleitoral e que vamos ter muito trabalho, que tenha tempo suficiente para se familiarizar com esta casa”.

Adiantando-se à questão dos jornalistas se renuncia não estaria relacionada com o Acórdão divulgado na véspera, Hermenegildo Gamito declarou: “Quero vos garan-



tir, minhas senhoras e meus senhores, que saio sem drama e sem trauma, como é natural”.

“Nunca o Conselho Constitucional se deixou envolver na espuma conjuntural da conflitualidade político partidária, todos fizemos deste Conselho Constitucional um órgão discreto mas eficaz”, enfatizou.

No entanto a intervenção manuscrita em folhas de papel soltas e a incredulidade dos seus pares indicia que Gamito poderá ter sido convidado a abandonar o cargo para o qual havia sido recon-

duzido em Julho de 2016.

Credit Suisse foi assessorado por empresa de Gamito e irmão assinou empréstimo da EMATUM

Instado a comentar sobre as implicações da declaração de nulidade da Garantia Soberana emitida em 2013 e que permitiu o endividamento da EMATUM junto do banco Credit Suisse o demissionário Presidente do Conselho Constitucional lembrou que: “É tradição deste Conselho, desde a sua criação, nós não comentamos as nossas decisões. Saio no momento em que quis sair, estou a por em

prática os princípios democráticos, também tenho os meus direitos, saio naturalmente”.

Natural do Distrito de Montepuez, na Província de Cabo Delgado, Hermenegildo Gamito iniciou a sua presidência a 26 de Maio de 2011



substituindo Luís António Mondlane, que substituiu Rui Baltazar dos Santos Alves em 2009 mas foi forçado a renunciar na sequência de um escândalo de mau uso de dinheiro público.

Formado em Direito em

Portugal Gamito alternou a actividade jurídica, dirigiu tribunais revolucionários do pós independência, com a de empresário. Fez parte do primeiro grupo de gestores das Empresas Estatais (com passagem pela Mabor, BPD e Maguinag, só para citar algumas), entrou para o sector privado e tornou-se banqueiro antes de chegar ao Conselho Constitucional.

Mas se no auge dos seus 75 anos Hermenegildo Gamito pretende ser recordado como o Presidente do Conselho Constitucional que teve a coragem de declarar que um Governo do partido que governa Moçambique desde 1975 violou a Constituição da República é preciso recordar que o escritório de advogados que fundou, Couto, Graça & Associados, que foi conselheiro legal do banco Credit Suisse no processo de contratação do empréstimo à favor da EMATUM.

Além disso o irmão do demissionário Presidente do Conselho Constitucional, Henrique Álvaro Cepeda Gamito, assinou em 2013 o contrato de endividamento como Administrador da Empresa Moçambicana de Atum, a par de António Carlos do Rosário.

Gamito deixa “precedente” para fiscalização das dívidas da Proindicus e MAM

O demissionário Presidente do Conselho Constitucional, Hermenegildo Gamito, não revelou quando será conhecida fiscalização da constitucionalidade dos empréstimos das empresas Proindicus e MAM, cuja petição também foi submetida pelo Fórum de Monitoria do Orçamento porém deixou declarar que o Acórdão sobre a dívida da EMATUM “pode ter sido um precedente”.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Durante a conferência de imprensa onde anunciou, nesta quarta-feira (05), a sua renúncia do cargo de Presidente do Conselho Constitucional, Gamito não quis deixar conselhos, “Quando me pedem para dar conselhos eu tenho muita dúvida, primeiro não tenho nem idade e eventualmente nem autoridade para dar conselho”.

No entanto revelou que a fiscalização sucessiva da constitucionalidade dos empréstimos das empresas Proindicus e Mozambique Asset Management (MAM)

“está distribuído ao juiz relator, em tempo oportuno haverá decisão”.

“Logicamente que esta decisão (Acórdão sobre a dívida da EMATUM) pode ter sido um precedente e pode abrir uma porta, mas compete ao juiz relator e competirá naturalmente ao Conselho Constitucional, eu nessa altura se me deixarem passar na rua da frente já me sinto feliz”, declarou Hermenegildo Gamito.

Através do Acórdão nº5/

CC/2019 de 3 de Junho, o último de Gamito, o Conselho Constitucional declarou “a nulidade dos actos inerentes ao empréstimo contraído pela EMATUM,SA, e a respectiva garantia soberana conferida pelo Governo, em 2013, com todas as consequências legais”.

Tal como o empréstimo da EMATUM os empréstimos contraídos pelas empresas Proindicus e MAM foram também obtidos sem a aprovação da Assembleia da República, em violação da Constituição da República.



Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo susceptível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis.

As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.

Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com

 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

Os cidadãos que forem responsáveis pela violação da lotação determinada para cada veículo de transporte de passageiros poderão a ser multados ao abrigo do Decreto 35/2019, que entrará em vigor em Agosto no nosso país. “É preciso trazer esta consciência e responsabilidade do passageiro sobre o que é que significa ir à bordo de um veículo que já está cheio”, esclareceu ao @Verdade o director Nacional dos Transportes e Segurança do Ministério dos Transportes e Comunicações.

<http://www.verdade.co.mz/nacional/68629>



Mathause Sithoye Senhores chefes, senhores governantes, afinal ser pobre afecta a capacidade de raciocínio? Vocês lançam a semente, depois lavram a machamba? Porque é que se preocupam em produzir as leis, sem antes produzir os alicerces dessas mesmas leis? Aham que os carros andam lotados por gula do cobrador? Ou por vontade do passageiro? Qualquer lei sem base sólida, está condenada ao fracasso. PS: essa é boa, mas uma lei não basta ser boa, tem ser exequível, consentânea com a realidade. Não são as leis, por si, que disciplinam as pessoas, é a conjuntura estabelecida que determina as leis · 13 h



Martins Matsinhe Falou bonito meu amigo.... Outra coisa é velhice · 11 h



Mathause Sithoye Martins Matsinhe Kkkkkkk...pior que nem aceitam reformar. Eu nasci enquanto eles estavam a governar. Cresci, ainda estão a governar...afinal não há reforma? · 10 h



Mercedes Invite Pique So faltava essa, A CULPA É NOSSA POR NAO TER MEIOS DE TRANSPORTE QUE CHEGAM PARA TODOS NOS, Como se gostassemos de ficar De pe no chapa... "Quando eu morrer vou contar para Deus tudo isso". · 12 h



Yolanda Engracia Domingos Uamusse É muito estranho esse decreto. Creio que há questões técnicas que deveriam ser analisadas antes de lançar seja lá o que for. Ao que sei até o momento em qualquer industria de transporte a responsabilidade pelo segurança (atende-se segurança safety= segurança operacional) é do proprietário do transporte representado pelo condutor/piloto/marinheiro e toda sua tripulação. Respeitar a lotação é um requisito de Safety, porque, aquele transporte (terrestre, marinho, aéreo...) foi preparado para responder um determinado número. Exceder a capacidade determinada pelo fabricante para além de acarretar danos na estrutura do transporte pode, até certo ponto, condicionar de forma negativa o processo de resposta em caso de alguma emergência. É responsabilidade da transportadora garantir que todos requisitos para segurança dos seus passageiros sejam cumpridos e o respeito pela lotação máxima não foge a regra. Outra coisa que me cria confusão: Que controle teria um utente no que se refere a contabilização das pessoas a bordo de tal transporte? Creio eu que o único em condições de fazer esse controle é quem vende o bilhete ao passageiro. Não cola muito a desculpa de que o passageiro é que insiste, pois, se você realmente quer cumprir com regras, não há passageiro nenhum que poderá instiga-lo a violar seja lá o que for. Só falta dizer que o passageiro suborna os transportadores para lotarem seus veículos. · 11 h



Martins Matsinhe Quando as pessoas se ja estão cansado de governar · 10 h



Demitrio Macaringue Pior é que o decreto já foi aprovado pelo

parlamento e entra em vigor a partir de Agosto · 10 h



Yolanda Engracia Domingos Uamusse Demitrio Macaringue acho que deveria-se em algum momento repensar como elegemos nossos deputados. Acredito que até tem alguns que possam ter algum conhecimento, mas como são coisas que não passam na pele, dificilmente ficam atentos a pormenores que parecem pequenos mas na verdade fazem toda diferença. Transferência de responsabilidades e o que me parece ser, hehehe. · 10 h



Karlitox T. Wate E quando é que o Estado será multado por falta de transportes??? Como se fosse opção sermos afinados. · 12 h



Jose Martins Sempre a copiar leis para punir o cidadão esquecendo do seu dever como estado, primeiro criar condições , depois punir quem infringir. · 13 h



D. Baltazar O ideal seria mandar descer os que estiverem fora da lotação, começando por próprio cobrador. Eu vi essa experiência no Zimbabwe, Zâmbia e Malawi. · 13 h



Rodrigues Marques Alfredo D. Baltazar apoiado. · 13 h



Alfredo D. Baltazar Porque as multas aplicadas aos passageiros irao agudizar corrupcao no seio dos fiscalizadores oh, **Rodrigues Marques**. · 12 h



Rodrigues Marques Pois...ha muito oportunismo por ai. · 12 h



Claudio Lombene Ninguém viaja desconfortável por opção,é mesmo aperto. Tragam transporte · 12 h



Fatima Vicente Aqueles meus irmãos e irmãs das matolas compania Nkobé, Matola Gare, Tchumene, Boane terão que ter muitos fundos para tal dita multa porquê os chapas destas rotas estão sempre superlotados, nunca vi aqueles chapas sem passageiros pendurados na porta · 13 h



Martins Matsinhe Esse governo de velhos.... Nao está ajudar outra coisa é velhice · 11 h



Martins Matsinhe Esse mesquita me parece que fumou suruma.... Pa! As vezes é muito bom se inspirar mas temos ver a condição do nosso país....! Estou a falar de um País em que para ter transporte é problema sério...! /mas tem razão nao sabe o que é perder entrevista de emprego por falta de chapa! Teus filhos mesquita andam de carros luxuosas nós Zé ninguém nem dinheiro para pagar chapa n temos agora vem nos falar de multas????? Dia 15 que xegue logo · 11 h



Felisberto Saide Essa é consequencia de estarem a operar transportadoras que pertencem, ao mesmo tempo, ao legislador, ao agente regulador de transition, aos fiscais, agentes do INATER e outros titulares de orgaos com com funcoes de reprimir essas

praticas violadoras da lei, caracterizada pela troca de favores, resultando disso a impunidade generalizada. · 12 h



Misa Gonzaga Naine Mondlane, estás a ver esta, quando falo de partilha de responsabilidade (no caso Aquapark). É certo que nao concordo com este caso, porque carro é um bem privado e cabe ao seu proprietário vedar a entrada de pessoas a mais.... · 13 h



Mondlane Hahahahahahaha... Moz Anima Pah · 13 h



Sergio Svs Nesse pais eu espero por tudo · 13 h



Gideon Bahule Misa Gonzaga rei só não concordo com a medida pq existe a figura do cobrador que pode perfeitamente limitar a entrada de pessoas assim que a lotação estiver esgotada. A responsabilidade deve ser ao proprietário da viatura, que vai arranjar um meio de penalizar os funcionários que não cumprirem as suas orientações. · 8 h



David Matshukumi Chifeche Muita falta de respeito! So se for no pais do primeiro mundo, aqui em Mocambique, seremos ajudados pelos proprios donos das viaturas a superlotarmos. · 12 h



Jady Momad David Matshukumi Chifeche Esses manos estão a ficar loucos! Acho que fumam liamba depois vão aprovar os decretos. · 8 h



Ananias Dos Villa Que se faça sentir depois de ter carros suficientes para o transporte de pessoas e bens. · 13 h



Binho Beijos Molhados É fácil punir o cidadão, será que se recordam de aumentar os autocarros nas rotas.?? Antes de cagar e sempre bom notar se tem água pra lavar o rabo ou mesmo pra descarrega limpar apenas com papel higiénico não faz a limpeza no completo. Socorrooooo · 12 h



Belmiro Roberto Temporario As vezes e necessário que certos Dirigentes neste País, procurem por bons concelheiro no acto da sua Chefia! Ao emvez de falar coisas atoa. Tem vezes que reclamamos pelo nosso Governo! Mais na verdade não é o Governo mais sim alguns Dirigentes que estragam o modo Funcional de certas Instituição do Estado. Peço para aranjear bons Acessores para os auxílios. Nesta nossa Pátria Amada, nem todo o Cidadao e Estudado na Percepção de Certas Regras e Normas a Seguir. Primeiro Faça Educação Cívica para a População em Todos os Locais com Paragem de Autocarro ou Semi Coletivos antes de decretar a Lei. Porque que sempre o POVO CONFIA e O Povo e Sacrificado hem? Arranjem Bons Acessores por favor. · 11 h



Araújo Abdula Na África do Sul o cobrador é o próprio passageiro que atrevi-se a sentar na cadeira de frente. · 12 h



Orlando António Machava Em Moçambique só dá riso, hora my love não podes circular, 2 por 3 a podes mas com bacos ,agora essa já, não tem transporte suficientes , mas num autocarro que só leva 32 passageiros sentado e 25 de pé ,será que motorista e cobrador vão fechar a receita do patrão? · 11 h



Kensane Kensane Assim o passageiro terá que se transferir a sua residência para o serviço, visto que não temos transporte suficiente na cidade. · 13 h



Manuel Juma Kkkkkk caralhos „a lei é bem vinda,,mas a nossa realidade é essa que estamos a viver,,ou o governo pensa que estamos na espanha, Alemanha ou londres??? se so cm a proibicao do my love ja deixa o

povo sem transporte · 13 h



Axisublime Axisublime Espero que os transportes públicos sejam exemplares pois quando o assunto é superlotação eles é que comandam · 13 h



Pinheiro Junior Moçambique ainda não esta preparado pra materializar tais vontades enquanto o Governo não garantir o acesso à transporte · 13 h



Franchelone Appollo Granz Quando o legislador é dono do chapa dá nisso, o cobrador entulha e passageiro leva multa · 3 h



Francio Carlos Maunze E devem reduzir o preço do bilhete que estará em pé no TPM ou Fematro · 6 h



Flávio Augusto Mangue Jr. Seria melhor ate em agosto haja mais transportes publicos ... · 13 h



Manecos Vila-Nova os passageiros são multados ??? uma noite em Maputo um polícia mandou parar um táxi que levava a isabel e maria joão quadros e queria obriga-las a soprarem o balão !!!!! · 10 h



Paciente Da-Zona Sera que odono da Metro Buss ja sabe disso? Poriço ak em Moz isso nao vai acontecer · 12 h



Sérgio Pereira Bem vindo a lei 35/2019, diga nao subo este chapa esta super lotado nao quero pagar multa. Simples assim · 12 h



Guida Ngomana Esse tal de DT que venha assistir de perto como o povo de Nkobe e Matola Gare sofre de manhã pra depois por as suas leis. Ntlha · 12 h



Kino Florentino Silva Acha que ele nao sabe?Nao conhece a realidade? · 12 h



Edson Alberto Mungoi Alberto Ja esta grosso com o nosso café n Ministerio, ja n digo o ar condicionado a 16° até saem ranho, e quer vir nos chatear aque · 11 h



Costa Mabuiangue A responsabilidade tinha que ser de governo que não nos dá muitas opções pra transporte público · 13 h



Honorio Mawete É bom decretar sobre esta matéria, mas não se devem limitar aos taxistas. Pois os transportes públicos estão mais superlotados que os taxistas. Por outro, deve o Estado criar as condições nas nossas estradas , ruas e ruelas para evitar os congestionamentos. E por fim , aumentar o número de transportes públicos nas vias. · 11 h



Alberto Wanderson Wan Gostava de saber se o TPM fica super lotado? E o que fazem pra eles se ficam lotados? · 10 h



Carlos Luís Caroca Tudo indica que não conseguem disciplinar os transportadores e preferem ir ao bolso do cidadão para financiar os salarios dos funcionários públicos. A propósito, ja ha autocarros suficientes para atender a demanda? Os preços das passagens não vai subir? · 12 h



Simião Ndzilo Passaremos a entrar 10h no trabalho, se nem os vulgos TPM não satisfaz a necessidade da população e com essas leis Moçambique esta mal · 2 h



Amílcar Silveira Mata Irmaos!! Para qe tanta lamuria??? "" mais vale uma accao do qe bilioes d palavrs!"" cm tanta lagrima derramada

mada vao inundar a ja apodrecida cidade d maputo!!! Ao inves de dizer "" vou-te bater""...." bate!""..... Povo pacifico e hospitaleiro,,,,, povo resiliente... e' o q somos!!! Nunca agimos!!!! Lamentamos!!! Nunca batemos!! So ameacamos!!! Aqueles q nos espezinham crudelissimamente ja sabem q "nao batemos!" so ameacamos!!!! Cm vossa licenca!!! · 2 h



Augusto Pequeno Pequeno Esperava k fosse o motorista não o simples pacato passageiro k nem código de Estrada sabe se existe ou não!!!! Revelem bem y k essa multa passe pra os Motoristas. · 8 h



Ailton Kazim o que eles esquecer é que em Outubro o povo decide tudo... · 6 h



Tomé Agostinho no tempo do papa chissano eu conhecia ministro de transport e comunicação. tomás salomao. fazia visita nas províncias e distrito. · 11 h



Belmiro Roberto Temporario Que culpa tem o Passageiro? Se nós queremos chegar ao destino! O Motorista junto do Cobrador tem está responsabilidade. Sabendo bem o Motorista que no Acto da sua frequência a Escola de Condução tem Certas normas a considerar e seguir para a condução dos Veículos. Que culpa tem o Passageiro mesmo? Imagine os passageiros que não tem noção dos procedimentos de Lotação como será? · 11 h



Leonelson James Sunday O passageiro será que não vê que o carro está superlotado? · 11 h



Belmiro Roberto Temporario Leonelson James Sunday! Meu caro Citas isso porque tens transporte ou estas a responder atoa? Quem deve ser Penalizado aqui e o Transportador! Isso porque todo o Transportador ou Condutor tem conhecimento de Lotação de qualquer Veiculo em que esse conduz, desde a Escola de Condução. Porque que o Passageiro deve ser penalizado? Afinal na condução no Transporte quem é o Responsável não é o Motorista? O passageiro somente esta preocupado em chegar a casa de que jeito ele não se importa!!!! O Sr. Leonelson, sabe muito bem que quem dobra o Acento da porta dos Chapas são os cobradores em concordância com o Motorista, para obter espaço e aglomerar passageiro e por cima ate proibem o espaço de Frente. MEU CARO AS VEZES ESCOLA FAZ BEM! Mais e necessário estudar para saber analisar e perceber os Factos. Se a memoria não me falha a Lotação Certa é de 15 Lugares mais nota que eles ate apunhalam os passageiros Dobrando as cadeira para entrar acima do estabelecido. Meu Caro acredito que es uma pessoa Estudada Tenta analisar os Factos para que vai a Responsabilidade. (O Certo será Fazer uma Educação Cívica para os Motorista junto dos Passageiros - Informando que aquele Motorista que exceder a Lotação será Penalizado de acordo com o Código de Estrada) -SO PARA LHE ELUCIDAR, PORQUE QUE UM INDIVIDUO QUE TEM CARTA DE CONDUÇÃO DE CATEGORIA B não pode Puxar o Reboque de BE e C1 não Pode com o C1E? Mais para que não entende pensa que Basta Ter Carta já é condutor de qualquer Veiculo!!!! ----- Veja que não é essa resposta que deves apresentar aqui!!!!!!!!!!!!!! O Exemplo pratico é este.... Quando estamos no Chapa não usamos Cinto de Segurança e não levamos Multa. Mais se um Motorista não usa Cinto de Segurança este recebe Multa. Porque que não dão Multa a Todos la no Veiculo???????? · 10 h



Vanildo Dos Chicanes Futseka irmão, pensa da seguinte forma Você viu que o carro estava lotado e ainda assim entrou e não desceu do carro quando viu que não havia lugar para sentar(lotado), a quem recai a culpa? · 2 h

Pela AICEP: Rui Fernandes distinguido com o prémio "Carreira"

O engenheiro moçambicano Rui Fernandes, que serviu o País na área das telecomunicações desde a independência nacional até ao ano 2007, foi distinguido na terça-feira, 4 de Junho, pela Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP), na categoria "Carreira".

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

A distinção, feita durante o XXVII Fórum AICEP das Comunicações Lusófonas, que teve lugar na cidade de Maputo no dia 4, resulta do seu contributo no desenvolvimento, expansão, consolidação e modernização das telecomunicações em Moçambique, através, por exemplo, da criação e desenvolvimento das empresas TDM-Telecomunicações de Moçambique e mcel-Moçambique Celular.



servir não só as operadoras de telecomunicações e o regulador, mas também outras empresas que fazem parte da economia do País".

Durante a cerimónia, foram também distinguidos Jorge Frazão, administrador delegado da CST-Companhia Santomense de Telecomunicações, na categoria Liderança, bem como os projectos Portal de Desalfandegamento

(CTT-Correios de Portugal), South Atlantic Cable System (Angola Cables) e RTC Mobile (Rádio e Televisão de Cabo Verde), na categoria Inovação.

Das empresas que fazem parte da AICEP, em representação de Moçambique, constam a Tmcel-Moçambique Telecom, SA., Correios de Moçambique, a TV-Cabo, a Televisão de Moçambique, entre outras.

Importa realçar que a AICEP é uma associação internacional que visa a promoção do estreitamento das relações entre os seus membros, de modo a contribuir para a harmonização, desenvolvimento e modernização das comunicações no seio das respectivas organizações, incluindo o apoio directo e efectivo a programas e projectos nos países de língua portuguesa, através de acções de cooperação para o desenvolvimento.

Actualmente, a AICEP é constituída por 40 operadores de correios, telecomunicações, conteúdos (televisão) e órgãos reguladores de comunicações dos nove países e territórios de língua oficial portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

da telefonia móvel no País.

"Fui um privilegiado. Fiz parte do grupo de quadros moçambicanos que garantiu a manutenção dos sistemas das telecomunicações logo a seguir à independência, até haver os primeiros investimentos na área. Participei na criação da TDM e, 15 anos depois, no lançamento da mcel. Passei toda a carreira a enfrentar os desafios das comunicações em Moçambique e a liderar um grupo de quadros com capacidades fantásticas, com o apoio do Governo enquanto accionista e tutela", explicou Rui Fernandes.

Depois de vários anos ao serviço do País, Rui Fernandes reformou-se e deixou o sector em 2007, com a convicção de que, na altura, "já estavam lançadas as bases para o desenvolvimento das redes fixa e móvel, bem como da internet e de outros serviços associados. Penso que conseguimos atingir os objectivos em termos de agenda nacional de desenvolvimento para o sector".

Para Rui Fernandes, uma das coisas que o deixam honrado, para além do prémio que lhe foi atribuído, é testemunhar o desenvolvimento dos quadros que ajudou a formar: "Vê-los a crescer e a aplicar os conhecimentos que receberam de nós, é a melhor homenagem. Hoje estão a

Ao lado de outros quadros nacionais, Rui Fernandes contribuiu, igualmente, para o estímulo, desenvolvimento e modernização constantes do sector, sendo disso exemplo o facto de ter sido sob a sua liderança que foi lançada a rede doméstica via satélite, a expansão e digitalização da rede fixa e a primeira ligação de transmissão em fibra óptica em Moçambique (ligação submarina Maputo-Beira), bem como a primeira operação móvel no País.

Visivelmente emocionado depois de receber a distinção, Rui Fernandes disse sentir-se honrado com o prémio, principalmente por ter sido atribuído por uma organização que engloba todos os países de expressão portuguesa: "É um prémio que é instituído pela primeira vez e que reconhece as carreiras de diversas pessoas que lideraram as organizações das telecomunicações dos países membros da AICEP".

Na ocasião, o distinguido realçou o facto de a sua carreira ter sido feita de desafios, tendo em conta que fez parte dos quadros que garantiram a continuidade das operações das telecomunicações depois da proclamação da independência nacional, em 1975, para além de ter o seu nome associado ao lançamento

Polícia "distanciam-se" de ataque reivindicado pelo Estado Islâmico em Cabo Delgado

A Polícia da República de Moçambique (PRM) não confirmou nem desmentiu a reivindicação do Estado Islâmico que clama ter repellido "um ataque do Exército moçambicano na localidade de Metubi, na área de Mocimboa da Praia". Orlando Modumane disse que "as Forças de Defesa e Segurança distanciam-se desta informação".

Texto: Redacção

Através de um comunicado o grupo "jihadista" Estado Islâmico afirmou que: "Com o sucesso de Alá Todo-Poderoso e no âmbito da 'Batalha do Atrito', ontem (segunda-feira), os soldados do Califado conseguiram repelir um ataque do Exército moçambicano na localidade de Metubi, na área de Mocimboa da Praia".

Nesta quarta-feira (05), em con-

ferencia de imprensa em Maputo, o porta-voz do Comando da PRM respondeu a jornalistas que: "Circulam nalguns órgãos de comunicação social e nas redes sociais uma informação que dá conta de um suposto ataque na passada segunda-feira no Norte da província de Cabo Delgado e que teriam sido alvo as forças de defesa e segurança e alegadamente reivindicado pelo grupo de jihadistas

Estado Islâmico, entretanto as Forças de Defesa e Segurança, de que a polícia faz parte, distanciam-se desta informação e abstém-se de fazer qualquer comentário".

Não foi a primeira vez que o Estado Islâmico declarou publicamente estar associado aos grupos insurgentes que aterrorizam a Província de Cabo Delgado há quase 2 anos.

Em 2018: Perto de 500.000 oportunidades de emprego oferecidas ao longo do País no âmbito da formação profissional

Moçambique registou, no ano passado, 457.667 oportunidades de emprego, 6.381 casos mediados de resolução de conflitos laborais, dos quais 84.6 por cento tiveram acordos definitivos; na área da segurança social, foram registados 96.832 Trabalhadores Por Conta de Outrem e 11.562 Trabalhadores Por Conta Própria inscritos no sistema.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Estes dados constam do Boletim de Estatística do Trabalho 2018, lançado, na quarta-feira, 5 de Junho, em Maputo, no decurso da Conferência Nacional de Formação Profissional, realizada pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), sob o lema "Papel da Formação Profissional na Promoção da Empregabilidade dos Jovens".

Intervindo no evento, que envolveu cerca de 700 pessoas, provenientes de instituições de formação profissional, formandos, empregadores, trabalhadores e parceiros de cooperação, a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, referiu-se ao contexto actual, em que se exige, cada vez mais, uma formação profissional apta a dar resposta às dinâmicas de desenvolvimento do País, e de um mundo cada vez mais globalizado, com destaque para a necessidade de atender os grandes empreendimentos sócio-económicos emergentes e para o desenvolvimento de competências nas comunidades, e tendo também em vista o auto-emprego.



Foi tendo em conta o alinhamento da formação profissional às necessidades do mercado laboral que, ao longo do presente quinquénio, o MITESS apostou na construção e modernização de vários centros públicos de formação profissional, destacando-se os de Pemba, em Cabo Delgado, Chongoene, em Gaza, Vilanculos, em Inhambane, Quelimane, na província da Zambézia, Tete, na província do mesmo nome e de Malhazine na cidade de Maputo.

"Actualmente, o nosso País conta com uma rede de 214 centros de formação profissional, dentre públicos e privados, que ministram cursos de formação em diversas ocupações profissionais nas áreas de agro-processamento, construção civil, metalomecânica, manutenção industrial, hotelaria e turismo, segurança no trabalho e administração e gestão", indicou a governante, juntando que esta rede é reforçada por uma frota de 25 unidades móveis, "as nossas escolas que andam", do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo, que permite levar a formação profissional para as zonas rurais, onde não existem infraestruturas fixas.

Num outro desenvolvimento, a ministra debruçou-se sobre a promoção do empreendedorismo e auto-emprego, destacando o facto de os jovens possuírem talento, apesar de muitos deles não terem recursos e nem meios para iniciar o seu próprio negócio: "Já disponibilizamos ao longo deste quinquénio cerca de 4.000 kits de ferramentas de várias especialidades", frisou.

Com efeito, em distritos como Zavala, Massingir, Vanduze, Namarrói, Milange, Marara, Palma, Mueda, Mandimba, entre outros, os jovens adquiriram competências profissionais e já fazem trabalhos de carpintaria, serralharia, marcenaria, electricidade, canalização, restauração e alfaiataria, participando na economia e no desenvolvimento dos seus distritos, e do País em geral.

Importa realçar que constituíram temas de debate da conferência a formação profissional em Moçambique, progressos, oportunidades e desafios, a reforma curricular na formação profissional e o papel da orientação profissional.

Durante oito anos forneceu ilegalmente água a perto de 370 clientes: Operador privado facturou perto de 15 milhões MT à custa da ADeM

A empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) detectou e desactivou uma ligação clandestina no bairro de Laulane, efectuada por um operador privado, através da qual retirava a água da conduta de transporte da AdeM para, posteriormente, fornecê-la aos seus clientes.

A recente descoberta da ligação, que está inserida na campanha de desactivação e remoção de ligações clandestinas e irregulares, partiu de uma suspeita, depois de se ter constatado que há mais de oito anos que o referido operador, identificado por "Chavana", fornecia o precioso líquido aos seus clientes no mesmo período que a AdeM, inclusive quando o abastecimento era feito com restrições.

Diante da suspeita, a AdeM destacou uma equipa ao terreno para averiguar a situação, o que veio a confirmar-se depois de ouvir os clientes do operador, que também não entendiam o que estava a acontecer.

A seguir, efectuou-se uma escavação na rua onde está instalado o sistema do operador, onde foi detectada uma ligação clandestina à conduta de transporte, que foi imediatamente desactivada pelos técnicos da empresa.

"A ligação conectava a nossa conduta ao tubo que abastece os clientes do operador privado, uma vez que ele já não usa

o seu reservatório (de água), feito de betão. Ou seja, é como se os clientes (do operador) fossem, também, nossos", explicou Fenias Cutane, gestor do Departamento de Fiscalização da AdeM.

Os técnicos da AdeM fizeram um levantamento no terreno e constataram que o operador tem uma carteira de 369 clientes, que ficaram sem água depois da desactivação da ligação.

Os resultados do trabalho de levantamento indicam, igualmente, que o operador defraudou a empresa Águas da Região de Maputo em cerca de 372.690 metros cúbicos durante 8 anos e 5 meses, o que corresponde a 14.833.062,00 meticais.

Entretanto, na manhã da terça-feira, 28 de Maio, a AdeM manteve um encontro com membros da família Chavana, tendo aqueles referido que a ligação clandestina tinha "sido feita pelo pai, já falecido, que era o proprietário do sistema".

Na ocasião, para além de fornecer informação relativa ao



Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

número de clientes, a família solicitou o cálculo do prejuízo para poder negociar o seu pagamento, evitando, assim, a via judicial.

Ainda no âmbito desta campanha, técnicos da AdeM afectos à Área Operacional de Laulane desactivaram duas outras ligações clandestinas no bairro de Mapulene, uma com 100 metros de extensão e outra com sete.

Em relação a estas ligações, dois jovens, identificados por Alberto Maúngue e Jauale Chela, por sinal proprietários das residências que beneficiavam ilegalmente da água, foram detidos na 13ª Esquadra, localiza-

da no bairro do Triunfo.

Ambos assumiram ter efectuado as ligações, que prejudicaram a AdeM e os seus clientes: "Nunca nos aproximámos à empresa (Águas da Região de Maputo) para celebrar um contrato, muito menos para nos inteirarmos das condições necessárias para o efeito. Simplesmente comprámos o material e efectuámos as ligações, mas cientes de que eram clandestinas", confessaram os visados, que aproveitaram a ocasião para "pedir desculpas" à AdeM, assim como desincentivar outras pessoas a enveredar por esta prática ilegal e criminosa.

ADeM canaliza apoio às vítimas afectadas pelos ciclones

Diversos produtos alimentares, de higiene e peças de vestuário foram, recentemente, entregues pela empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), para o apoio às vítimas das depressões tropicais Idai e Kenneth, no Centro e Norte do País, respectivamente.

O donativo, constituído por arroz, farinha de milho, açúcar, óleo alimentar, sabão e peças de vestuário, resulta de contribuições dos colaboradores da AdeM, colectados na sequência da campanha interna de sensibilização, visando a minimização do sofrimento dos afectados pelos ciclones.

No acto de entrega, António Guiamba, porta-voz da AdeM, referiu que logo após a ocorrência da tragédia, a empresa levou a cabo uma campanha interna de mobilização para a arrecadação de doações para as vítimas.

"Os colaboradores da empresa responderam ao apelo, o que resultou neste lote de produtos

que hoje estamos a entregar ao INGC na certeza de que será canalizado aos necessitados nas zonas afectadas", indicou António Guiamba.

Após a recepção do donativo, César Tembe, director de Prevenção e Mitigação do INGC, disse que a contribuição dos colaboradores da AdeM vai ajudar a minorar o sofrimento da população afectada pelas intempéries, uma vez existem ainda carências do ponto de vista de bens alimentares, água e saneamento.

"Este donativo será canalizado para as vítimas do ciclone Kenneth, em Cabo Delgado, pois temos os distritos de Ibo, Quissanga e Macomia, que precisam de assistência multiforme", indicou.



Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Importa realçar que os ciclones Idai e Kenneth afectaram cerca de 600 mil pessoas e 286 mil

pessoas, respectivamente no Centro e Norte do País.

Pergunta à Tina...

Estou com dificuldades, meu pénis não endurece por completo, ele fica meio mole não sei o que é. Não fumo, não bebo... ele não fica tão duro, fica meio duro, meio mole... Luís.

Amigo Luís, desculpa mas fica difícil entender a tua preocupação sem conhecer pelo menos a tua idade, há quanto tempo é que dura o problema, se sempre foi assim ou já passaste fases satisfatórias, se aconteceu com uma parceira só, ou se acontece com todas...

Parabéns por não fumares e nem beberes, assim excluindo já possíveis causas.

A disfunção erétil, que é o nome que se dá ao teu problema, preocupa milhões de jovens em todo o mundo, em alguma fase das suas vidas.

Geralmente, não é uma doença que se trate com comprimidos ou injeções (embora alguns medicamentos possam ajudar em alguns casos). Trata-se fundamentalmente da maneira como a pessoa encara o sexo, a atitude da pessoa perante o sexo. O sexo é comandado pela cabeça, e portanto se ele fica meio mole, como dizes, deve ser porque a tua cabeça está ocupada com outra preocupação, que não a deixa concentrar-se no sexo.

Em conclusão, é um problema que poderás resolver sozinho, ou eventualmente com a ajuda da tua parceira, simplesmente alterando a tua atitude perante o sexo, interrogando-te sobre o que pretendes do sexo.

Bom dia, minha namorada diz que nunca sentiu vontade e nem prazer de fazer sexo (nunca ficou tesa) qual seria o problema e como tratar? Isaías

Bom dia, Isaías. Foi pena não indicares a tua idade, assim como a da tua namorada, pois isso poderia ajudar a aconselhar-te. Seria também importante saber se a tua namorada já teria tido excitação sexual no passado, eventualmente com outros parceiros. Muitas vezes, a excitação sexual da mulher (que geralmente decorre de maneira mais lenta do que no homem) não chega a atingir níveis satisfatórios porque o parceiro é muito rápido, quicá pouco carinhoso.

Outras vezes, são mulheres que tiveram experiências traumáticas anteriores (violação, p.ex.), o que torna difícil despertar o prazer.

Também alguns medicamentos podem provocar redução do desejo sexual.

Depois de excluídas estas possíveis causas, há mulheres que têm beneficiado de acompanhamento psicológico com resultado.

A leitura ou visualização de livros ou vídeos eróticos, de forma a despertar o desejo sexual é por vezes aconselhado a mulheres que têm o mesmo problema.